



**FORMAÇÃO DA REDE DATALUTA: UM ESTUDO DAS
MUDANÇAS DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS NO CONTEXTO
DA QUESTÃO AGRÁRIA ATUAL**

Relatório Científico Parcial



Processo:
2009/17749-9

Orientando: Camila Ferracini Origuéla

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente, Agosto de 2010.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
OBJETIVOS GERAIS	7
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
PLANO DE ATIVIDADES DETALHADO	7
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	8
RESUMO DO QUE FOI REALIZADO NO PERÍODO DO RELATÓRIO	9
APRESENTAÇÃO REDE DATALUTA	9
METODOLOGIA REDE DATALUTA OCUPAÇÕES	11
BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA	13
TERRITÓRIO, TERRITÓRIOS DISTINTOS, TERRITÓRIOS EM DISPUTA	24
AS OCUPAÇÕES DE TERRA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 A PARTIR DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DO DATALUTA JORNAL	31
ANÁLISE MENSAL DAS OCUPAÇÕES DA REDE DATALUTA – 2010	44
São Paulo	44
Minas Gerais	53
Paraná	59
Rio Grande do Sul	62
Paraíba	65
Sergipe	68

Espírito Santo	71
Mato Grosso	73
PLANO DE TRABALHO PARA O RELATÓRIO FINAL	75
CRONOGRAMA RELATÓRIO FINAL	76
ATIVIDADES RELACIONADAS À PESQUISA	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
BIBLIOGRAFIA	78

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - FONTES DO DATAKUTA/OCUPAÇÕES	12
QUADRO 2 - METAS DO II PNRA - 2003-2006	21
QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI NO BRASIL - 1985-2006	22
QUADRO 4 - PROPRIEDADES DO PONTAL DO PARANAPANEMA E SUAS PRODUÇÕES – 2010	26
QUADRO 5 - NOTÍCIAS SELECIONADAS PARA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES DE TERRA - 1988-1999	33
QUADRO 6 - ATUAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM OCUPAÇÕES NO BRASIL - 1988-2009	38
QUADRO 7 - SIGLA E NOME DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS QUE ATUARAM NO BRASIL - 1988-2009	40
QUADRO 8 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2000-2009	46
QUADRO 9 - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM OCUPAÇÕES - 1988-2009	46
QUADRO 10 - SÃO PAULO - OCUPAÇÕES JANEIRO DE 2010	47

QUADRO 11 - SÃO PAULO - OCUPAÇÕES FEVEREIRO DE 2010	48
QUADRO 12 - SÃO PAULO - OCUPAÇÕES ABRIL DE 2010	50
QUADRO 13 - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM OCUPAÇÕES - 1988-2009	55
QUADRO 14 - MINAS GERAIS - OCUPAÇÕES FEVEREIRO DE 2010	56
QUADRO 15 - MINAS GERAIS - OCUPAÇÕES MARÇO DE 2010	57
QUADRO 16 - MINAS GERAIS - OCUPAÇÕES ABRIL DE 2010	57
QUADRO 17 - MINAS GERAIS - MAIO DE 2010	58
QUADRO 18 - MINAS GERAIS - JUNHO DE 2010	58
QUADRO 19 - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM OCUPAÇÕES - 1988-2009	60
QUADRO 20 - PARANÁ - OCUPAÇÕES FEVEREIRO DE 2010	61
QUADRO 21 - PARANÁ - OCUPAÇÕES MARÇO DE 2010	61
QUADRO 22 - PARANÁ - OCUPAÇÕES JUNHO DE 2010	62
QUADRO 23 - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM OCUPAÇÕES - 1988-2009	64
QUADRO 24 - RIO GRANDE DO SUL - OCUPAÇÕES ABRIL DE 2010	65
QUADRO 25 - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM OCUPAÇÕES - 1988-2009	67
QUADRO 26 - PARAÍBA - OCUPAÇÕES ABRIL DE 2010	67
QUADRO 27 - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM OCUPAÇÕES - 1988-2009	70
QUADRO 28 - SERGIPE - OCUPAÇÕES ABRIL DE 2010	71

QUADRO 29 - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM OCUPAÇÕES - 1988-2009	73
QUADRO 30 - ESPÍRITO SANTO - OCUPAÇÕES JANEIRO DE 2010	73
QUADRO 31 - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM OCUPAÇÕES - 1988-2009	75

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: PLANILHA DO EXCEL UTILIZADA PARA O REGISTRO DE OCUPAÇÕES DE TERRA DA REDE DATALUTA	11
--	----

ÍNDICE DE FOTOS

FOTO 1: FAZENDA SANTA FÉ, MUNICÍPIO DE SANDOVALINA - PECUÁRIA EXTENSIVA	28
FOTO 2: FAZENDA SANTA MARIA, MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO - CANA-DE-AÇÚCAR	29
FOTO 3: FAZENDA BEIRA-RIO, MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO – CANA-DE-AÇÚCAR/PECUÁRIA EXTENSIVA	29
FOTO 4: ENCONTRO REGIONAL DOS ASSENTADOS E ACAMPADOS DO MST NO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO	51

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - BRASIL - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2009	19
GRÁFICO 2 - BRASIL - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES - 1988-2009	20
GRÁFICO 3 - SÃO PAULO - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2009	44
GRÁFICO 4 - SÃO PAULO - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS - 1988-2009	45
GRÁFICO 5 - MINAS GERAIS - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2009	54
GRÁFICO 6 - MINAS GERAIS - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS - 1988-2009	54

GRÁFICO 7 - PARANÁ - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2009	59
GRÁFICO 8 - PARANÁ - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS - 1988-2009	60
GRÁFICO 9 - RIO GRANDE DO SUL - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2009	63
GRÁFICO 10 - RIO GRANDE DO SUL - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS - 1988-2009	64
GRÁFICO 11 - PARAÍBA - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2009	66
GRÁFICO 12 - PARAÍBA - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS - 1988-2009	66
GRÁFICO 13 - SERGIPE - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2009	69
GRÁFICO 14 - SERGIPE - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS - 1988-2009	79
GRÁFICO 15 - ESPÍRITO SANTO - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2009	72
GRÁFICO 16 - ESPÍRITO SANTO - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS - 1988-2009	72
GRÁFICO 17 - MATO GROSSO - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2009	74
GRÁFICO 18 - MATO GROSSO - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS - 1988-2009	74

INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se ao período de março de 2010 a agosto 2010. Nele procuramos, primeiramente, apresentar a REDE DATALUTA e a metodologia da pesquisa de dados de ocupações de terra que realizamos. Compreender o registro das informações e a confrontação que realizamos com os dados da CPT e OAN é fundamental para as análises feita nesta pesquisa.

Apresentamos, também, um breve histórico da questão agrária no Brasil. A concentração de terras que teve início ainda no Brasil colônia e se estende até os dias atuais. As primeiras lutas camponesas organizadas e a tentativa de desarticulação dessas lutas com o Regime Militar instaurado no ano de 1964. A modernização do campo através da criação de empresas rurais e o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base que por meio da Teologia da Libertação contribuíram com a organização camponesa e a criação da CPT.

O fim da ditadura militar e a Constituição Federal de 1988 que não priorizou a reforma agrária. A expansão da luta pela terra em todo o território nacional. O governo de Fernando Henrique Cardoso e a criminalização dos movimentos sociais. O governo Luis Inácio Lula da Silva a decepção da reforma agrária e o avanço do agronegócio.

Fazemos, também, uma discussão sobre território, os territórios distintos existentes no campo atualmente e como estes territórios (latifúndio, agronegócio e campesinato) disputam outros territórios. O avanço do agronegócio sobre o latifúndio e como isso afetou a luta pela terra. Discutimos as características das ocupações nas décadas de 1980 e 1990 para analisar quais as mudanças até os dias atuais, que será apresentado no relatório final.

E, por fim, analisamos mensalmente as ocupações registradas pela REDE DATALUTA em 2010, os territórios ocupados e o histórico do conflito. Juntamente com alguns aspectos da luta pela terra em cada um dos oito estados. Construindo a tipologia de ocupações de terra que será apresentada no relatório final.

OBJETIVOS GERAIS

Articular, receber, sistematizar, analisar e comparar mensalmente os dados de ocupações de terra nos grupos de pesquisa da REDE DATALUTA. Fornecer os dados sistematizados para a CPT e a OAN para debate sobre os procedimentos de levantamento de dados de ocupações de terras nos estados. A partir dos dados da REDE, da CPT e da OAN, confrontar para melhor compreender a amplitude da luta pela terra no Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Através da leitura bibliográfica e do DATALUTA jornal compreender a evolução da questão agrária no Brasil, o conceito de ocupações de terra e as mudanças que ocorreram na luta pela terra nas décadas de 1980 e 1990.

Analisar as ocupações de terra de 1988 a 2009 nos estados da REDE DATALUTA e acompanhar mensalmente as ocupações de 2010 para compreender quais os territórios em disputa existentes atualmente. E a partir disto construir a tipologia de ocupações.

PLANO DE ATIVIDADES DETALHADO

- 1- Pesquisa mensal dos dados de ocupações de terra no Estado de São Paulo e a sistematização dos mesmos;
- 2- Receber e conferir os dados da REDE DATALUTA juntamente com as fontes de jornais;

- 3- Enviar mensalmente os dados sistematizados da REDE DATALUTA e as fontes de jornais digitalizadas para a CPT - Comissão Pastoral da Terra e para a OAN - Ouvidoria Agrária Nacional;
- 4- Leitura e análise dos dados de ocupações no Brasil de 1988-2009 a partir do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra;
- 5- Leitura e análise mensal dos dados sistematizados pela REDE DATALUTA (2010) e das fontes de jornais para compreender o território em disputa, o histórico dos conflitos e construir a tipologia de ocupações;
- 6- Levantamento bibliográfico e leitura sobre a questão agrária no Brasil e nos estados que formam a REDE DATALUTA para compreender as mudanças nas ocupações de terra;
- 7- Pesquisa de notícias sobre ocupações de terra de 1988 a 1999 no Acervo DATALUTA Jornal para compreender as mudanças;
- 8- Confeção de quadros e gráficos para comparar e compreender a espacialização da luta pela terra no Brasil e, principalmente, nos estados que formam a REDE DATALUTA;
- 9- Realização de trabalhos de campo para compreender a configuração de diferentes territórios (latifúndio, agronegócio, campesinato);
- 10-Entrevista com dois líderes da frente de massa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra;
- 11-Acompanhamento do cotidiano de uma ocupação de terra no município de Sandovalina;
- 12-Participação nos colóquios do NERA;
- 13-Apresentação dos resultados da pesquisa em evento científico;
- 14-Elaboração do relatório parcial.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividades	1º Trimestre	2º Trimestre
1	X	X
2	X	X
3	X	X
4	X	
5	X	X
6	X	X
7		X
8	X	X
9	X	X
10		X

11	X	
12	X	X
13		X
14	X	X

RESUMO DO QUE FOI REALIZADO NO PERÍODO DO RELATÓRIO

- Participação em colóquios NERA e evento científico (ENG - Encontro Nacional dos Geógrafos - Porto Alegre);
- Trabalhos de campos no Pontal do Paranapanema (Visita a algumas propriedades; participação do Encontro Regional de Assentados e Acampados do MST; acompanhamento do cotidiano de uma ocupação de terra no município de Sandovalina);
- Pesquisa, sistematização de leitura mensal das ocupações de terra de 2010 e das fontes;
- Leitura bibliográfica sobre a questão agrária no Brasil;
- Atualização do DATALUTA ocupações 2009 através da confrontação com os dados da CPT e OAN.

APRESENTAÇÃO REDE DATALUTA

O NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária foi criado em 1998, vinculado ao Departamento de Geografia da FCT-UNESP Campus de Presidente Prudente, com o intuito de organizar dados que contribuam com pesquisas, pesquisadores e interessados em compreender a realidade agrária brasileira. O primeiro projeto de pesquisa desenvolvido pelo núcleo foi o DATALUTA.

O DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, criado em 1999, é um projeto de pesquisa e extensão que tem como objetivo principal registrar e armazenar informações sobre a luta pela terra no Brasil a partir de fontes primárias e secundárias. As informações registradas proporcionam a realização de questionamentos e análises sobre a evolução da questão agrária.

O DATALUTA é formado por cinco categorias de pesquisa, sendo elas: ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais, estrutura fundiária e manifestações. As ocupações de terra são registradas pelo NERA desde 1998, porém em nossa base geral temos dados desde 1988 de todo o Brasil. No caso dos assentamentos rurais temos dados desde 1979, cuja fonte principal é o INCRA¹. Os movimentos socioterritoriais são registrados desde 2000 possibilitando o conhecimento dos sujeitos/atores envolvidos nas questões do campo. Em 2004 foi criada a categoria

¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

estrutura fundiária. E, por último, em 2009 começamos a registrar as manifestações camponesas através de atos, marchas, protestos, entre outras formas de mobilização.

Atualmente, o DATALUTA está presente em oito estados brasileiros, lembrando que somente o NERA registra as cinco categorias do DATALUTA. Os outros sete estados registram as ocupações de terras e as manifestações. Em 2005 o primeiro grupo de pesquisa a trabalhar em conjunto com o NERA foi o Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), coordenado pelo Professor Doutor João Cléps Junior, da Universidade Federal de Uberlândia; em 2007 o Laboratório de Geografia das lutas no campo e na cidade (GEOLUTAS), coordenado pelo Professor Doutor João Edmilson Fabrini, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná passou a cooperar consolidando a REDE DATALUTA de pesquisas. Em 2009 o Núcleo de Estudos Agrários (NEAG), coordenado pela Professora Doutora Rosa Maria Medeiros, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ingressou na rede.

A partir de 2010 outros quatro grupos de pesquisas completaram a REDE DATALUTA, o Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal (GECA), coordenado pelo Professor Doutor Eduardo Paulon Girardi, da Universidade Federal do Mato Grosso; o Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC), coordenado pela Professora Doutora Emília de Rodat Fernandes Moreira, da Universidade Federal da Paraíba; o Laboratório de Estudos Rurais (LABER) coordenado pelo Professor Doutor Eraldo da Silva Ramos Filho, da Universidade Federal do Sergipe e o Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA), coordenado pelo Professor Doutor Paulo Scarim, da Universidade Federal do Espírito Santo.

Anualmente a REDE DATALUTA realiza colóquios que proporcionam a atualização e o aperfeiçoamento da metodologia de pesquisa de dados no registro das ocupações para que os mesmos se aproximem da realidade possibilitando a interpretação dos conflitos no campo. Em 2009, os quatro grupos de pesquisa que formavam a REDE DATALUTA reuniram-se no mês de março na FCT/UNESP Campus de Presidente Pudente; em novembro a reunião foi realizada na UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus de Marechal Cândido Rondon. Em 2010 está previsto apenas um encontro que será realizado na Cátedra da UNESCO² de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, em São Paulo no mês de novembro, com a presença de pesquisadores dos oito grupos que compõem a rede.

A consolidação de uma rede de pesquisa e a espacialização da mesma por todo território nacional é fundamental para o registro das ocupações de terra que são o foco deste projeto. E é,

² Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

portanto, através dos registros da REDE DATALUTA, da CPT³ e da OAN⁴ que será possível desenvolver análises que contribuam com a atual perspectiva da questão agrária brasileira.

METODOLOGIA REDE DATALUTA OCUPAÇÕES

As ocupações registradas pela REDE DATALUTA tem como fonte jornais de circulação nacional, estadual, regional e local. Os jornais são consultados diariamente e ao final de cada mês registramos as ocupações em uma planilha auto-explicativa modelo para os oito grupos de pesquisa. Segue abaixo um exemplo da planilha que utilizamos:

MUNICÍPIO	NOME DO IMÓVEL	OCUPAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS¹	NOME/SIGLA DO MOV. SOCIOTERRITORIAL
DIVINO DE SÃO LOURENÇO	PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ	1	7	ÍNDIOS GUARANIS
RIO CLARO	ADUAL EDMUNDO NAVARRO DE AND	1	25	ABUST
TEODORO SAMPAIO	FAZENDA BEIRA-RIO	1	N.I.	MST*
MIRANTE DO PARANAPANEMA	N.I.	1	N.I.	MST*
SANTO ANASTÁCIO	FAZENDA BRASÍLIA	1	N.I.	MST*
PRESIDENTE BERNARDES	FAZENDA GUARANÍ	1	N.I.	MST*
MARTINOPOLIS	FAZENDA BARTIRA	1	N.I.	MST*
MARABÁ PAULISTA	FAZENDA FLORESTA	1	N.I.	MST*
MARABÁ PAULISTA	FAZENDA SÃO JOSÉ	1	N.I.	MST*
RANCHARIA	SANTA MARIA	1	N.I.	MST*
RANCHARIA	FAZENDA BARTIRA	1	N.I.	MST*
FREI INOCÊNCIO	FAZENDA SANTA ROSA	1	150	MST
PONTA GROSSA	FAZENDA SÃO FRANCISCO II	1	N.I.	MST
RIO PARDO DE MINAS	FAZENDA CAPÃO MUNIZ	1	50	N.I.
PRATA	FAZENDA SANTA RITA	1	90	MLST
UBERLÂNDIA	FAZENDA SOBRADINHO	1	70	MLST
CORREGO DANTA	FAZENDA SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	1	60	MST
PRIMEIRO DE MAIO	N.I.	1	N.I.	CONTAG
GOIANA	FAZENDA FORTALEZA DE SANT'ANNA	1	38	MST
MARABÁ PAULISTA	FAZENDA NAZARE	1	150	MST
GALIA	FAZENDA RECREIO GLEBA I	1	N.I.	MST
BORÉBI	FAZENDA NOVA DA COLINA	1	N.I.	MST
ESTÂNCIA	N.I.	1	125	MST
ESTÂNCIA	N.I.	1	125	MST
POÇO REDONDO	N.I.	1	125	MST
JAPARATUBA	N.I.	1	125	MST
RIO PARDO DE MINAS	FAZENDA CAPÃO MUNIZ	1	60	MST
SANTA RITA	FAZENDA MUBAMBA DO RANGEL	1	60	MST
IBIARA	FAZENDA RIACHÃO	1	60	MST
TAUBATE	FAZENDA GUACAI	1	100	MST
CAMPINAS	FAZENDA TOZAN	1	150	MST/EXCO METROPOLITANO (REGIONAIS DE CAMPINAS, GRANDE
CABACEIRAS	FAZENDA JACARE	1	63	MST
ALCOBACAS DE JARIBA	FAZENDA CERRO PRETO	1	27	MST

Figura 1: Planilha do Excel utilizada para o registro das ocupações de terra da REDE DATALUTA.

Até o dia seis de cada mês os grupos da rede enviam para o NERA a planilha do mês anterior com as ocupações registradas e as fontes de jornais digitalizadas. Após receber todas as planilhas e digitalizações conferimos e inserimos em uma única planilha. Todos os arquivos de jornais do NERA são arquivados no acervo DATALUTA jornal para futuras consultas e pesquisas. Os arquivos digitalizados de toda a rede são também armazenados em computadores.

³ Comissão Pastoral da Terra

⁴ Ouvidoria Agrária Nacional

Em 2010 começamos a enviar mensalmente os dados registrados pela REDE DATALUTA para a CPT e para a OAN. Ambos podem acompanhar mês a mês a sistematização dos dados de ocupações. Enviamos, também, as fontes de jornais digitalizadas para que não haja dúvidas no levantamento das informações.

Anualmente recebemos os dados de ocupações registrados pela CPT e OAN de todo o Brasil. A partir desses dados utilizamos uma metodologia comparativa, ou seja, confrontamos os dados para que não ocorra a duplicidade dos mesmos. Após a confrontação anexamos esses dados em uma planilha geral com ocupações em todo o território nacional desde 1988.

A CPT e a OAN são fontes primárias na metodologia do DATALUTA e os registros dos grupos de pesquisa são fontes secundárias provenientes de jornais impressos e on-lines. Segundo o caderno Conflitos no Campo Brasil 2008 da CPT os dados de ocupações “são obtidos por meio de pesquisas primárias e secundárias. As pesquisas primárias são feitas pelos agentes dos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional em Goiânia. As pesquisas secundárias são realizadas através de levantamento de informações e dados em jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições: movimentos sociais, sindicatos, partidos, órgãos governamentais e Igrejas; declarações e cartas assinadas e boletins de ocorrência” (p. 9). Quando os dados secundários não coincidem com os primários, considera-se a pesquisa primária.

A CPT é a instituição mais antiga no registro dos conflitos do campo e, conseqüentemente, ocupações de terra. Na confrontação CPT, OAN e REDE DATALUTA quando encontramos dados semelhantes damos prioridade aos registros da CPT, caso a mesma não tenha registrado a fonte prioritária passa a ser OAN que registra ocupações desde 1995. A OAN registra as ocupações de terra e os conflitos no campo através do Disque Terra e Paz, em que gratuitamente são atendidas ligações de todo o país, também através de mediadores de conflitos sociais, atendimento de denúncias, mediação de conflitos agrários e implantação de ouvidorias agrárias em todas as unidades da Federação, com o objetivo de contribuir extrajudicialmente na resolução dos conflitos agrários⁵.

Quadro 1 - Fontes do DATALUTA/Ocupações	
Fontes Primárias	Fontes Secundárias
CPT e OAN	CPT OAN GECA GEOLUTAS

⁵ Ver metodologia em www.mda.gov.br

	GETEC LABER LAGEA NEAG NERA OCCA
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla	

Os oito grupos de pesquisa são fontes secundárias baseando-se em jornais de circulação nacional, estadual e regional. O NERA consulta diariamente o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, O Imparcial, o Oeste Notícias e notícias on-line; o LAGEA consulta jornais on-line e o Correio de Uberlândia; o GEOLUTAS consulta a Folha de Londrina, O Paraná e a Gazeta do Povo; o NEAG consulta o Zero Hora e o Correio do Povo; o GECA consulta a Folha do Estado, A Gazeta e o Diário de Cuiabá; o GETEC consulta o Jornal Correio da Paraíba; o LABER consulta o Jornal da Cidade; o OCCA consulta o Tribuna e A Gazeta.

Através dos dados já sistematizados e das fontes de jornais é possível compreender o cotidiano de cada ocupação de terra nos estados da REDE DATALUTA. E após a confrontação das informações podemos analisar a amplitude da luta pela terra no Brasil. Neste relatório, apresentaremos as ocupações de terra no Brasil de 1988 a 2008, sendo que os dados de 2009 estão em processo de confrontação. No relatório final será possível apresentar os dados de 1988 a 2009. Concomitantemente a apresentação dos dados do Brasil de 1988 a 2008 e de 1988 a 2009 será apresentada a análise mensal de todas as ocupações da REDE DATALUTA.

A verticalização da análise proporcionará maior assimilação das informações e uma compreensão mais apurada dos dados e das informações.

BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Indubitavelmente a reforma agrária é um tema amplamente discutido na história do Brasil. Contemporaneamente nas universidades o debate é constante, na mídia em geral sempre há notícias sobre ações, políticas, projetos, ocupações, entre outros assuntos que causam controvérsias. Considerar elementos da questão agrária como as ocupações e analisá-las, contribui tanto com o debate teórico quanto com a execução de políticas públicas e projetos. A reforma agrária caracteriza-se por ações governamentais que visam modificar a estrutura fundiária do país.

Para discutir as mudanças que estão ocorrendo na atual conjuntura da questão agrária a partir de dados sistematizados, fontes de jornais e da bibliografia existente, precisamos compreender as contradições, os avanços e recuos da luta pela terra no Brasil e, para este projeto, em alguns estados

específicos. Vale ressaltar que a reforma agrária segundo o Geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) de fato nunca aconteceu, o que encontramos hoje no Brasil são políticas de assentamento de famílias principalmente nas regiões Norte e Centro - Oeste.

A história da formação e ocupação territorial do Brasil é intensamente marcada pelo domínio das grandes propriedades de terras. Entender a configuração territorial é imprescindível para compreender a ascensão de movimentos sociais no campo e, conseqüentemente, as formas de luta e resistência, no caso, as ocupações de terra. Primeiramente, em 1530, tivemos a divisão do território em capitânias hereditárias e sesmarias, estas regulamentavam a distribuição das terras com o intuito de ocupá-las. Entretanto, a concentração fundiária brasileira herdada do período colonial pouco foi alterada até os dias de hoje.

Em 1850 a Lei de Terras, instituída no Brasil Império (1822 - 1889), estabeleceu como único recurso para a aquisição de propriedades rurais o processo de compra, abolindo o regime de sesmarias, regulamentando a estrutura fundiária. As terras não cercadas a partir de 1850 com a Lei de Terras passaram a ser devolutas e de posse do Estado. Muitas dessas terras foram griladas contribuindo com o aumento do número de grandes extensões de propriedades.

Conforme MARTINS (1995):

A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros. Os camponeses não-proprietários, os que chegassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se, pois, como assinalaria na época da Abolição da escravidão um grande fazendeiro de café e empresário, a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudessem mais tarde comprar terras, até do próprio fazendeiro (p.42).

As terras griladas caracterizam-se pela falsificação dos documentos de posse da propriedade. Essas ações contribuíram para a territorialização dos grandes latifúndios, ou seja, a territorialização da grande propriedade no campo. Nesse mesmo período surgem outros atores sociais como os posseiros, que não tinham o domínio das terras, mas se apropriavam para sobrevivência.

A manutenção e instalação de outras grandes propriedades no campo brasileiro geraram inúmeros conflitos fundiários, principalmente com a expropriação de inúmeros camponeses e a exploração dos mesmos em alguns latifúndios através do arrendamento das terras, por exemplo. É nesse momento histórico que as lutas de resistência camponesa ganham repercussão. Podemos citar a Guerra de Canudos, na Bahia; a Guerra do Contestado no Paraná e em Santa Catarina e também, o cangaço, uma forma de organização dos camponeses rebeldes no nordeste brasileiro.

Segundo MARTINS (1995, p.67), entre o final dos anos 40 e o golpe de Estado de 1964 foram vários os movimentos camponeses que surgiram nas diferentes regiões do país. Dentre eles podemos citar as Ligas Camponesas que surgiram no Nordeste brasileiro em 1955, mais especificamente no sertão pernambucano lideradas por Francisco Julião Arruda de Paula. Foi, portanto, a partir desse período que a luta contra o latifúndio ganhou dimensão.

Para OLIVEIRA (2007, p. 106), “o movimento das ligas camponesas tem, portanto, que ser entendido, não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os camponeses e trabalhadores assalariados do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país”. É, portanto, extremamente importante ressaltar o papel das Ligas Camponesas na luta pela terra no Brasil.

No contexto da formação das Ligas Camponesas até a instauração do regime militar no país alguns encontros camponeses contribuíram para a organização e conscientização dos trabalhadores rurais. Devemos ressaltar a importância do Partido Comunista, dos sindicatos, de alguns pequenos movimentos como o MASTER⁶ a ULTAB⁷ e da própria Igreja Católica nesse processo.

No período militar (1964-1985), as políticas de desenvolvimento agropecuário contribuíram e agravaram a concentração da terra e da renda no campo.

Para FERNANDES (1996, p. 38-39):

A implantação dessa política agrária a qualquer preço resultou, por um lado, na manutenção dos latifúndios no Nordeste, na criação de inúmeros latifúndios na Amazônia e na disseminação da agroindústria no Centro-Sul e Nordeste, através da monocultura para exportação (soja, laranja, etc.) e da cana-de-açúcar para produção do álcool. Esse processo intensificou a concentração de terras e a expropriação dos lavradores que, impossibilitados de reproduzir a agricultura familiar, migraram em direção à Amazônia e em maior número para as cidades.

Pouco antes do golpe militar alguns projetos relacionados à reforma agrária já haviam sido definidos pelo grupo Ipes⁸/Ibad⁹ sendo que, futuramente, esse mesmo projeto transformar-se-ia no Estatuto da Terra de 1964. Este, por sua vez, não permitiria que a propriedade familiar camponesa tivesse acesso a terra, e sim os interessados em criar uma propriedade capitalista; também previa a

⁶ Movimento dos Agricultores Sem-Terra

⁷ União dos Lavradores e Trabalhadores

⁸ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

⁹ Instituto Brasileiro de Ação Democrática

ocupação de regiões pouco habitadas para solucionar os problemas sociais de outras regiões (FERNANDES, 1996 p.33).

A instauração do regime militar no Brasil significou um retrocesso na organização camponesa. O Estatuto da Terra, por exemplo, foi concebido no intuito de eliminar as organizações camponesas, segundo ANDRADE (1995) o Estatuto da Terra “permitiria, assim, o enfraquecimento do latifúndio tradicional, para criar e desenvolver o latifúndio capitalista moderno, bem mais rentável e explorador” (p.85). Além de contribuir com o desenvolvimento de grandes complexos capitalistas no campo, FERNANDES (1996, p.33) afirma que [...] o Estatuto revelou-se um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais, desarticulando os conflitos por terra.

Os governos militares criaram condições para a expansão da produção e da propriedade capitalista acentuando a concentração fundiária. De acordo com FERNANDES (1996, p.31) “[...] O capital é uma relação social que é, antes de mais nada, uma relação de expropriação e de exploração [...]” ou seja, a reprodução ampliada do capital no campo e a consequente modernização da agricultura, principalmente a partir da década de 1960, expropriou inúmeros trabalhadores rurais. Estes acabaram subordinando-se ao capital através do assalariamento, da venda de sua força de trabalho.

Porém o desenvolvimento do capital não acontece de maneira linear, mas desigual e contraditória. Segundo OLIVEIRA (2001, p.17) “o desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo”. São as contradições do próprio capitalismo que abrem espaço para o desenvolvimento de relações não-capitalistas como o trabalho familiar camponês.

As políticas agrárias desenvolvidas durante a ditadura militar no Brasil, no intuito de desmobilizar e proletarizar o campesinato, privilegiou as grandes propriedades de terras através do fornecimento de crédito e subsídios para a expansão e industrialização da mesma. Entretanto, na década de 1960 e, principalmente, a partir de 1970 com o apoio das CEBs¹⁰, da CPT e dos sindicatos as lutas camponesas começaram a se organizar localmente e concomitantemente em alguns estados do território nacional.

A ação pastoral da Igreja Católica e das CEBs, enquanto local de reflexão da realidade vivida, foram fundamentais para a consolidação da resistência camponesa e, consequentemente, da luta pela terra no Brasil. Segundo FERNANDES (1996):

¹⁰ Comunidades Eclesiais de Base

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), surgidas no início dos anos sessenta, foram os lugares sociais onde se constituíram os espaços de reflexão acerca da realidade e onde se desenvolveram as experiências para a organização dos trabalhadores rurais contra a política agrária em questão. Assim as CEBs representaram, nesses anos, os espaços de confronto, de ponto de partida para a luta organizada contra a política de desenvolvimento agropecuário instaurada. É desses espaços que vão surgir os novos sujeitos que se politizam e começam um processo de construção de novas formas de organização social. Ao mesmo tempo, com o crescimento das Comunidades Eclesiais de Base, alguns religiosos: padres, seminaristas, bispos e também os trabalhadores rurais começaram a sofrer a perseguição do Estado autoritário (p. 56).

Juntamente com as CEBs, a criação da CPT em 1975 pela Igreja Católica foi fundamental na organização da luta pela terra. O trabalho desenvolvido pela CPT nas periferias das cidades e no campo contribuiu com o processo de conscientização dos trabalhadores enquanto sujeitos sociais capazes de se mobilizarem por melhores condições de vida. A organização desses trabalhadores por meio de lutas populares foi o estopim na formação de movimentos sociais durante o regime militar. Um dos movimentos sociais mais estudados no Brasil e, também, no mundo, o MST nasceu nesse período. O primeiro encontro nacional do MST¹¹ ocorreu em 1984 no município de Cascavel, Paraná. Todavia a construção histórica do movimento tem suas origens nas ocupações das Fazendas Brilhante e Macali no município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul.

Durante os governos militares, a modernização da agricultura através de incentivos e créditos estatais, concomitantemente ao aumento das grandes propriedades de terras, a territorialização do capital e a repressão dos movimentos populares, significaram, mais uma vez, a não realização da reforma agrária. Ou seja, a Lei de Terras, o Estatuto da Terra e as políticas instauradas nas duas décadas do regime militar em nada contribuíram com a questão agrária brasileira.

Somente na década de 1980 com a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) retoma-se o debate sobre a questão agrária no país. O PNRA caracteriza-se como uma política de implementação da reforma agrária, elaborado em 1985 no governo de José Sarney. Após a estagnação econômica vivida pelo Brasil no final da década de 1970 e início da década de 1980, o período de elaboração do primeiro PNRA nos remete à redemocratização política e tentativa de estabilidade econômica no país. Todavia, vale ressaltar que a política econômica

¹¹ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

externa incorporou o setor agrícola brasileiro como solução às dívidas externas, reforçando a concentração de terras e a especulação fundiária (CARTER, 2010, p.90).

O plano tinha como intuito dar continuidade ao Estatuto da Terra de 1964, contribuindo com a melhor distribuição de terras através da desapropriação de grandes latifúndios e o assentamento de aproximadamente 1.400.000 famílias em cinco anos. Entretanto a falta de apoio, principalmente das forças conversadoras, impossibilitou a realização do plano que foi abandonado em 1986, um ano após sua elaboração. Mais uma vez a reforma agrária é deixada de lado já que a agricultura em larga escala é um dos trunfos para a economia do país.

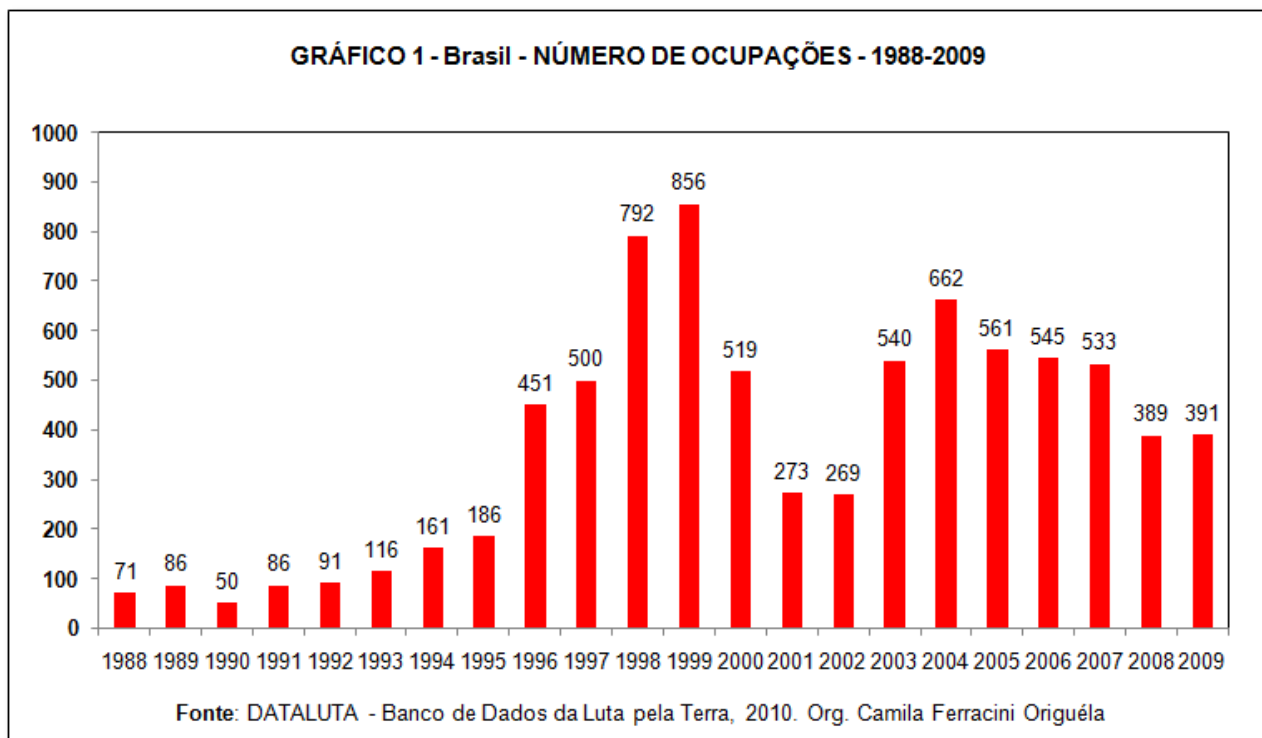
Novamente, na Constituição Federal de 1988 a reforma agrária fica para segundo plano. Apesar de existir um capítulo inteiro sobre a política agrária e os requisitos básicos para se cumprir a função social da terra, alguns deputados e senadores que defendiam o modelo agropecuário brasileiro foram contra a desapropriação de grandes propriedades ditas “produtivas”, ou seja, a Constituição em nada alterou a estrutura fundiária, concordando com a permanência de latifúndios.

Durante a presidência de Fernando Collor de Mello (1990 - 1992), defensor assíduo do modelo neoliberal, a questão agrária não sofreu nenhuma alteração significativa. Desde a Constituição Federal até o fim do governo Collor, o DATALUTA registrou 384 ocupações de terra em todo o Brasil, com a participação de 69.783 famílias sem-terra. O número de ações dos movimentos sociais começam a aumentar, juntamente com a violência no campo. Itamar Franco que assumiu a presidência de 1992 até 1994 foi a favor da desapropriação de algumas áreas na tentativa de diminuir os conflitos sociais no campo.

Durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) ocorreu 1.929 ocupações de terra em todo o Brasil, segundo o DATALUTA. Os anos de 1996, 1997 e 1988 destacam-se com 451, 500 e 792 ocupações respectivamente. A intensa luta pela terra se deu pelas promessas do então presidente em assentar cerca de 280.000 famílias, apontando a reforma agrária como a solução para agricultura familiar e a segurança alimentar do país. Sendo assim, as ocupações de terras visavam denunciar os latifúndios, principalmente, improdutivos. Ocupá-los seria a melhor forma de mostrar à sociedade e aos governos a existência de inúmeras propriedades de não cumprem com a função social da terra.

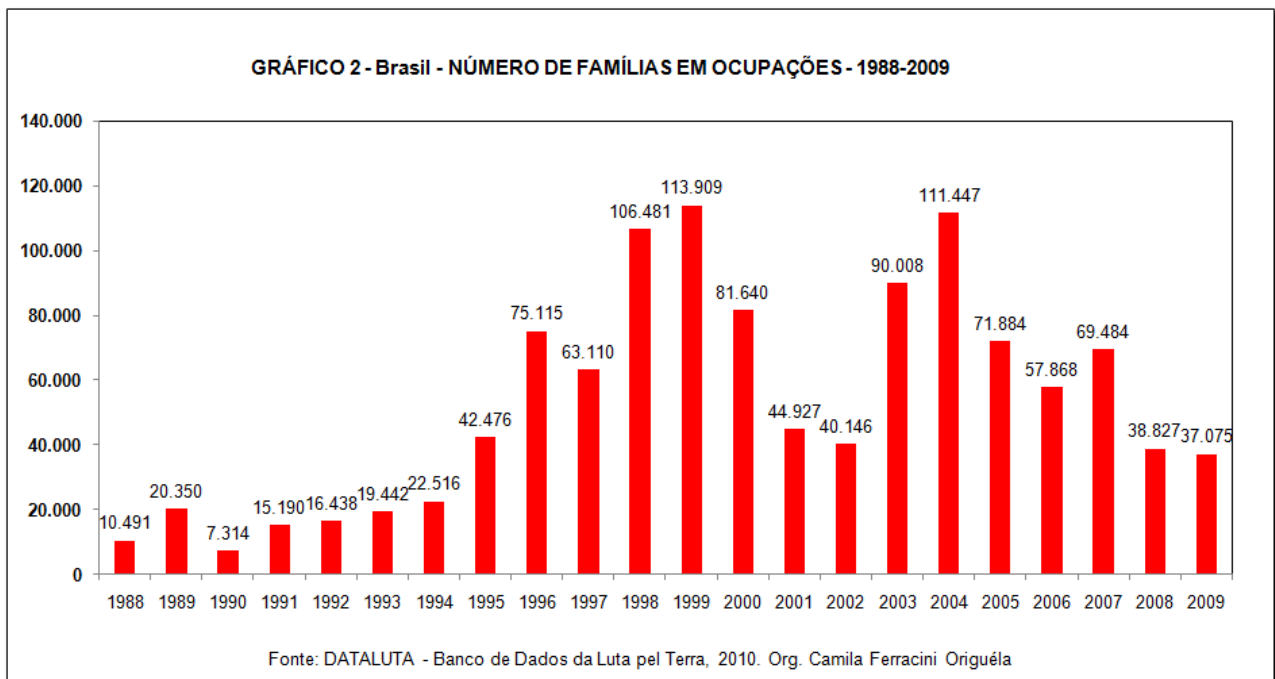
Apesar das promessas de assentar famílias sem-terra, as políticas adotadas pelo presidente nos primeiros anos do seu governo demonstravam claramente a defesa do modelo agroindustrial no campo. A implantação da reforma agrária de mercado caracteriza qual modelo o governo federal defendia. A instituição do Banco da terra sancionada em 1998 passa ser a principal maneira para a obtenção de terra no Brasil substituindo a desapropriação.

No gráfico abaixo será possível avaliar o número de ocupações por governo de 1988 a 2009.



No ano eleitoral de 1998 registramos um dos maiores números de ocupações da década de 1990. Anos de disputa eleitoral são estratégicos para as ações dos movimentos, pois além de denunciar a concentração fundiária pressionam os presidenciáveis a propor mudanças à estrutura agrária através de projetos e futuras políticas caso sejam (re) eleitos.

No gráfico abaixo podemos ter uma noção do número de famílias sem-terras existentes no Brasil que participam das ocupações.



Com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, no segundo mandato (1999-2002) registramos 1917 ocupações, foram 856 ocupações em 1999, 519 em 2000, 273 em 2001 e 269 em 2002. A significativa diminuição nas ocupações ocorreu devido à edição da Medida Provisória 2.109-52 em maio de 2001. A medida impedia a vistoria, avaliação e desapropriação de propriedades rurais ocupadas nos dois anos seguintes à sua desocupação, com objetivo de diminuir o número de ocupações de terra no Brasil. Em agosto de 2001 a MP 2.2027-38 foi substituída pela MP 2.183-56, onde além da não vistoria de propriedades ocupadas, excluía do Programa Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal os sem-terras identificados direta ou indiretamente nas ocupações.

O retrocesso na luta pela terra nos anos de 2000 e 2001, principalmente, são reflexos das políticas adotadas pelo então presidente da república. Podemos notar que o número de famílias nesses anos cai pela metade praticamente. Ainda podemos citar a “campanha” de criminalização dos movimentos sociais através, principalmente, da mídia, onde os movimentos eram responsabilizados pela violência no campo. As ocupações de terra, ações socialmente construídas a partir dos espaços de luta e resistência, os acampamentos, são nesse momento histórico discriminadas, passando a ser sinônimo de brutalidade.

O primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2006) é marcado pelo aumento das ocupações de terras. De acordo com o gráfico 1, nos quatro anos registramos 2.308 ocupações em todo o Brasil com a participação de 331.207 famílias. A eleição de Lula, membro do Partido dos Trabalhadores, foi motivo de esperanças à luta camponesa e a tão

sonhada realização da reforma agrária. Todavia, este governo enfrentou dificuldades ao tratar dessa questão. O aumento do número de ocupações se deu em consequência, justamente, do apoio que os movimentos sem-terra sempre tiveram do PT - Partido dos Trabalhadores e do Lula enquanto sindicalista e candidato à presidência.

Em 2003, foi apresentado o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária durante a Conferência da Terra em Brasília. Segundo o próprio PNRA (2003) “suas metas representam a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil. Até o final de 2006 serão 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias terão acesso a terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquirirão estabilidade na terra com a regularização fundiária. São mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados”. Abaixo podemos verificar quais as metas específicas para o plano.

Quadro 2 - Metas do II PNRA 2003-2006	
Meta 1	400.000 novas famílias assentadas.
Meta 2	500.000 famílias com posses regularizadas.
Meta 3	150.000 beneficiadas pelo Crédito Fundiário.
Meta 4	Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos.
Meta 5	Criar 2.075.000 novos pontos permanentes de trabalho no setor reformado.
Meta 6	Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais.
Meta 7	Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas.
Meta 8	Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas.
Meta 9	Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária.
Meta 10	Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas.
Meta 11	Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.
Fonte: II PNRA, 2003 Org. Camila Ferracini Origuéla	

Apesar da significativa relevância do segundo PNRA seus objetivos não vão de encontro com a reforma agrária de fato, como a desapropriação de propriedades improdutivas e que não cumprem com a função social da terra. O assentamento das famílias em áreas de fronteira agrícola na Amazônia, por exemplo, caracteriza-se como uma política de compensação para diminuir os

conflitos por terra, sem tocar na estrutura fundiária brasileira. E é este tipo de assentamento que verificamos nos últimos anos no Brasil.

O Censo Agropecuário de 2006 apresenta a não alteração na estrutura fundiária no campo. Podemos notar no quadro 3 através do Índice de Gini, o grau de concentração de terras no Brasil, variando de 0 a 1 e, quanto mais próximo de 1 maior é a concentração. Abaixo podemos analisar a concentração por unidades da federação e no território nacional.

Quadro 3 - Evolução do Índice de Gini no Brasil - 1985-2006			
Unidades da Federação	Evolução do Índice de Gini		
	1985	1995	2006
Brasil	0,857	0,856	0,872
Rondônia	0,655	0,765	0,717
Acre	0,619	0,717	0,716
Amazonas	0,819	0,808	0,837
Roraima	0,751	0,813	0,664
Pará	0,827	0,814	0,822
Amapá	0,864	0,835	0,852
Tocantins	0,714	0,726	0,792
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Piauí	0,896	0,873	0,855
Ceará	0,815	0,845	0,861
Rio Grande do Norte	0,853	0,852	0,824
Paraíba	0,842	0,834	0,822
Pernambuco	0,829	0,821	0,825
Alagoas	0,858	0,863	0,871
Sergipe	0,858	0,846	0,821
Bahia	0,84	0,834	0,84
Minas Gerais	0,77	0,772	0,795
Espírito Santo	0,671	0,689	0,734
Rio de Janeiro	0,815	0,79	0,798
São Paulo	0,77	0,758	0,804
Paraná	0,749	0,741	0,77
Santa Catarina	0,682	0,671	0,682
Rio Grande do Sul	0,763	0,762	0,773
Mato Grosso do Sul	0,86	0,822	0,856
Mato Grosso	0,909	0,87	0,865
Goiás	0,766	0,74	0,776
Distrito Federal	0,767	0,801	0,818
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985/2006 Org. Camila Ferracini Origuéla			

Segundo o Censo do IBGE, comparando o índice de 1985, 1995 e 2006 a estrutura fundiária não alterada, ao contrário houve um relativo aumento, saltando de 0,856 em 1995 para 0,872 em 2006. Concluimos que a grande propriedade, o latifúndio continua a existir e a concentrar a terra e a riqueza, todavia o latifúndio concentrador possui novas características que o denominam de agronegócio.

Com a reeleição do governo lula, o segundo mandato (2007 - 2010), caracteriza-se pela diminuição das ocupações de terra e pelo fortalecimento do agronegócio no Centro-Sul do país. Em 2008 o DATALUTA registrou 389 ocupações de terras, em 2009 391, apesar do pequeno aumento, comparado a anos anteriores houve uma significativa diminuição.

Não podemos deixar de levar em consideração que juntamente com a elaboração de planos para a reforma agrária, o atual governo não deixou de incentivar políticas que contribuem com a territorialização do agronegócio no campo, deixando de lado a imagem do latifúndio que nada produz para acentuar a produtividade de commodities, principalmente. O agronegócio brasileiro é de imensa importância para a economia, pois equilibra a mesma através da exportação dos seus produtos, ou seja, contribui com a elevação do superávit, que é o que sustenta o Brasil no exterior.

Novamente a agricultura tem sido o trunfo do governo para diminuir dívidas externas, como aconteceu na década de 1980. O agronegócio, fruto da aliança entre o latifúndio, as grandes empresas multinacionais e os subsídios estatais, com apoio da bancada ruralista no Congresso, está se tornando o grande inimigo das lutas camponesas e da reforma agrária. Na safra de 2010/2011, por exemplo, o governo irá destinar cerca de R\$ 116 bilhões em crédito para o Plano Agrícola e Pecuário no país, segundo o Plano Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Para o agronegócio está previsto um investimento de aproximadamente R\$ 100 bilhões de reais, um aumento de 8% em relação à última safra. Enquanto que a agricultura familiar receberá 16 bilhões de reais. Os recursos do governo impulsionarão a produção em larga escala de cana-de-açúcar, soja, milho, algodão.

Na conjuntura da atual questão agrária as ocupações de terras são vistas como uma ameaça ao agronegócio, principalmente com o aumento das ocupações em propriedades do mesmo. A análise das ocupações de terra em 2010 nos estados que compõem a REDE DATALUTA contribuirá com a análise dos territórios ocupados, com a tipologia de ocupações e com a reflexão sobre a questão agrária e suas perspectivas para os próximos anos. Não podemos deixar de levar em consideração a importância do ano de 2010, devido às eleições e a apresentação de propostas que tenham como foco a reforma agrária.

TERRITÓRIO, TERRITÓRIOS DISTINTOS, TERRITÓRIOS EM DISPUTA

Para compreender as mudanças na atual conjuntura da questão agrária faz-se necessário discutir o conceito de território e a partir deste visualizaremos quais territórios estão em disputa na luta pela terra nos estados da REDE DATALUTA. Território, sem dúvida, é um dos conceitos *chave* da ciência geográfica. Friedrich Ratzel, na Alemanha do século XIX, já utilizava o conceito de território a partir de uma abordagem geopolítica, “(...) entendendo o território como uma área e recursos naturais (...)” (SAQUET, 2007, p.30). Claude Raffestin em seu livro *Por uma geografia do poder*, explica o conceito de território e sua formação a partir do espaço geográfico. Sendo assim, “(...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (...)” (1993, p.144).

É imprescindível ressaltar que ao falar em território nessa pesquisa estamos indo além do território enquanto espaço de governança. Estamos falando de diferentes tipos de territórios que se apresentam como palco da luta de classes, dos conflitos e disputas. Partimos do pressuposto de que o território do latifúndio é completamente diferente do território camponês. A diferença entre ambos concentra-se nas relações que o produzem. O território do latifúndio (re) produz relações capitalistas e o território do camponês (re) produz relações não-capitalistas, fundamentado no trabalho familiar.

Bernardo Mançano Fernandes (2008) apresenta essa diferença ao concluir que:

As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional (p.16).

José de Souza Martins (1995) também apresenta a propriedade capitalista a partir de um regime distinto da propriedade camponesa:

[...] A propriedade capitalista é um regime distinto de propriedade. Baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista. Nesse caso, a propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada, que dela se distingue porque é propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração. Por isso não podemos confundir a propriedade capitalista com a propriedade familiar, ainda

que propriedade privada. São coisas completamente diferentes, ainda que a passagem de uma para outra seja muito sutil e a muitos pareça não existir diferença alguma (p.54).

A configuração e a própria construção territorial das práticas camponesas e capitalistas diferenciam-se através da relação de elementos do espaço (econômicos, políticos, sociais e culturais) e de sistemas de ações e objetos revelando o desenvolvimento de modelos diferentes. O território capitalista enquanto propriedade caracteriza-se pela improdutividade ou pela alta produtividade, o que chamamos de agronegócio. Diferentemente deste, o território camponês é fruto do trabalho familiar e da diversidade de culturas para abastecimento do mercado interno.

Anos de ocupações de terras representam a disputa dos camponeses e dos grandes latifúndios, todavia se houve mudanças nas ocupações, houve mudanças no latifúndio. Atualmente, o latifúndio vem perdendo importância para as práticas denominadas de agronegócio. Durante a década de 1980 empresas rurais eram denominadas como Complexos Agroindustriais ou CAI, a ideia e a utilização do termo agronegócio surgiram a partir dos anos 1990, na tentativa de modernizar o latifúndio e não distingui-lo das grandes empresas rurais.

O agronegócio é um modelo de desenvolvimento da agricultura que se caracteriza pela produção em larga escala, na maioria das vezes especializada em determinadas commodities, que tem como base o capital financeiro internacional, nacional, políticas governamentais, concentração fundiária, exploração do trabalho e degradação ambiental. Suas culturas são destinadas, principalmente, ao mercado externo.

Segundo FERNANDES (2004):

Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic.), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo (p.1).

Movimentos socioterritoriais como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceram da necessidade da luta pela terra, do processo de democratização da propriedade da terra, através das ocupações. Com o avanço do agronegócio no Brasil houve a ampliação dos focos

das lutas camponesas, antes contra o latifúndio, agora, também, contra o agronegócio, novo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista que do mesmo modo exclui e explora trabalhadores rurais. Para FERNANDES (2004, p.02) “o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade”.

De acordo com CAVALCANTE e FERNANDES (2008, p. 17) “a soja e a cana-de-açúcar dividem as principais atenções dos agentes envolvidos no setor agroprodutivo devido à conjuntura favorável à produção de agrocombustíveis. As grandes empresas se desdobram para aproveitar as altas demandas do mercado, apropriando-se de territórios”. A produção de biocombustíveis está vinculada à demanda do mercado tanto interno quanto externo. A demanda influencia a produção que, conseqüentemente, precisa se apropriar de novos territórios. Os territórios dos latifúndios, voltados para a pecuária extensiva, inserem-se no chamado agronegócio.

Em trabalho de campo no Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo, podemos notar algumas especificidades que ampliam ainda mais a diferença e a disputa entre o território camponês e o território capitalista. Este, por exemplo, abrange grandes extensões de terras ora altamente produtivas, onde não há nada além das plantações de cana-de-açúcar, principalmente; não há sede, construções, muitas vezes não conseguimos nem encontrar a entrada da propriedade devido ao “mar” que os canaviais formam. Em propriedades improdutivas podemos notar o abandono da sede, das construções, não há nada além de pasto e pecuária, muitas vezes insignificantes e fruto de arrendamentos. O território camponês, todavia, destaca-se pelas pequenas construções, pelas diferentes culturas agrícolas, juntamente com a criação de animais. Há vida neste território.

Em quatro municípios do Pontal do Paranapanema (Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes, Sandovalina e Teodoro Sampaio), visitamos algumas fazendas com o intuito de classificá-las de acordo com as práticas agrícolas que desenvolvem. Primeiramente, encontramos o latifúndio, onde predominantemente há a pecuária extensiva, e o agronegócio, com a produção de cana-de-açúcar, milho ou soja. No quadro abaixo podemos visualizar as propriedades e os resultados do trabalho de campo. Vale ressaltar que todas as propriedades já foram alvos de ocupações.

Quadro 4 - Propriedades do Pontal do Paranapanema e suas produções - 2010

Município	Propriedade	Produção
Teodoro Sampaio	Fazenda São João	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Odebrech	Cana-deAçúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Isabel II	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Bonanza	Pecuária Extensiva

Teodoro Sampaio	Fazenda Barracão de Zinco	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Beira-Rio	Cana-de-Açúcar/Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Copacabana	Cana-deAçúcar/Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Curumim	Cana-deAçúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Margarete	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Planaltina/Planalto	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Ida	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Maria	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda São José	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda São Sebastião	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Sítio São Carlos	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda 6R	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Bananal	Pecuária Extensiva
Sandovalina	Fazenda Santa Fé	Pecuária Extensiva
Sandovalina	Fazenda Ipezal/São Manuel	Cana-de-Açúcar
Sandovalina	Fazenda Santa Irene	Cana-de-Açúcar/Pecuária Extensiva
Sandovalina	Fazenda São Domingos I	Cana-de-Açúcar/Pecuária Extensiva/Milho
Sandovalina	Área da Duque Energia	Milho
Sandovalina	Fazenda Santa Rita	Cana-de-Açúcar/Pecuária Extensiva
Mirante do Paranapanema	Fazenda Dumontina/Cruzeiro do Sul	Pecuária Extensiva
Presidente Bernardes	Fazenda São Luís	Cana-deAçúcar/Pecuária Extensiva
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani	Pecuária Extensiva
Fonte: Trabalho de Campo, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla		

O trabalho de campo foi imprescindível para essa análise. Quando consultamos as fontes de jornais nas pesquisas sobre ocupações algumas informações quanto às fazendas ocupadas, por exemplo, não são prioritárias. Em campo podemos visualizar a configuração espacial de cada território.

De acordo com o quadro acima, podemos notar que das 26 propriedades visitadas 9 destinam-se exclusivamente ao agronegócio, produzindo cana-de-açúcar e milho. Já a pecuária extensiva está presente em 11 fazendas, caracterizando o que chamamos de latifúndio. A pecuária está presente em quase todas as propriedades improdutivas, todavia ela é fruto de arrendamentos na tentativa de esconder o latifúndio e a concentração de terras. A sujeição da renda da terra se dá através da expansão do capital no campo, ou seja, através da compra, venda e especulação de terras (OLIVEIRA, 1990). A renda da terra explica a existência de inúmeros latifúndios e a crescente modernização de outros.

Um aspecto importante que pode ser notado pelos resultados do trabalho de campo é que 6 fazendas destinam-se ao agronegócio, porém ainda há resquícios de latifúndio através da existência

da pecuária extensiva. Essas propriedades caracterizam-se pela transição do latifúndio para o agronegócio e a expansão do mesmo na região.

Segundo FERNANDES (2008, p. 5):

(...) Grandes latifundiários encontraram no modelo do agronegócio uma forma de utilizar suas terras para a expansão da soja e da cana, arrendando ou produzindo. O latifúndio controla grande parte das terras agricultáveis e por sua própria natureza as mantém improdutivas. O agronegócio avança sobre essas terras, por meio de sua lógica de produtividade de monoculturas em grande escala. As mudanças no uso do solo de pecuária para soja ou cana tornaram-se uma marca do processo em que improdutividade e produtividade se unem como barreiras às políticas de reforma agrária.

Nas fotos abaixo podemos visualizar algumas fazendas visitadas no trabalho de campo:



Foto 1: Fazenda Santa Fé, município de Sandovalina - Pecuária Extensiva.
Fonte: Camila Ferracini Origuéla, 2010.



Foto 2: Fazenda Santa Maria, município de Teodoro Sampaio - Cana-de-Açúcar.
Fonte: Camila Ferracini Origuéla, 2010.



Foto 3: Fazenda Beira-Rio, município de Teodoro Sampaio - Cana-de-Açúcar/Pecuária Extensiva.
Fonte: Camila Ferracini Origuéla, 2010.

Fica claro a partir das fotos apresentadas acima as configurações espaciais de cada território. Na foto 1, a Fazenda Santa Fé, um latifúndio onde podemos notar a presença da pecuária extensiva. Já na foto 2, a Fazenda Santa Maria, temos o agronegócio, através do cultivo da cana-de-açúcar. E

por último, na foto 3 podemos notar a transição do latifúndio para o agronegócio na Fazenda Beira-Rio, através do avanço da plantação de cana-de-açúcar.

A distinção e compreensão da existência de diferentes tipos de territórios são fundamentais na análise das mudanças das ocupações de terras e a tipologia das mesmas. Nos últimos vinte anos tanto o campesinato quanto o latifúndio e o agronegócio aumentaram seus territórios. O campesinato aumentou através das ocupações e, conseqüentemente, da criação de assentamentos, pressionando o poder público através da organização dos movimentos camponeses. O latifúndio, de acordo com o quadro 3 que mede o índice de gini no país, a concentração de terras manteve-se praticamente inalterada. E o agronegócio avançou sob o latifúndio e a fronteira agrícola, expandindo-se em todo o território nacional.

Sendo assim, segundo FERNANDES (2008, p.9) “o aumento dos territórios do campesinato e do agronegócio aponta para uma acirrada disputa territorial no futuro próximo com o começo do fechamento da fronteira agrícola brasileira (...)”. É essa disputa territorial cada vez mais acirrada que caracteriza a conjuntura agrária em que vivemos atualmente. Ambos os territórios estão se ampliando, todavia e, principalmente, em área de expansão agrícola.

AS OCUPAÇÕES DE TERRA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 A PARTIR DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DO DATALUTA JORNAL

As ocupações de terra caracterizam-se como um meio de recriação do campesinato expropriado pelas grandes propriedades e pelo capital. Segundo FERNANDES (2001):

Em seu desenvolvimento desigual, o modo capitalista de produção gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Assim, na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política – para se ressocializarem, lutando ela terra e contra o assalariamento – que é a ocupação da terra. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes (p.3).

O conceito de ocupação não sofreu alterações, todavia algumas características diferenciam as ações dos movimentos na década de 1980 dos dias atuais. Vale ressaltar que o número de ocupações varia de acordo com o número de famílias acampadas e, principalmente, de acordo com as políticas adotadas pelo governo em relação à questão agrária. As mobilizações camponesas através de ocupações de terras pressionam o governo no assentamento de novas famílias e no financiamento do desenvolvimento dos assentamentos já existentes. A ocupação é uma forma de acesso a terra, porém investimentos em outras dimensões como crédito, educação e saúde também são imprescindíveis para as famílias que já conquistaram a terra.

Acampamento e ocupação são diferentes formas de luta pela terra. O acampamento é um espaço de socialização política, onde as famílias se preparam para as ocupações. Muitas pessoas confundem a formação de um acampamento com uma ocupação, pois os acampamentos geralmente são montados na beira da estrada, próximos às cercas das grandes propriedades. Acampamentos são conhecidos como “cidades de lona”, onde as famílias sobrevivem à espera da ocupação e do assentamento.

Em entrevista com dois líderes da frente de massa do MST no Estado de São Paulo levantamos algumas informações sobre as ocupações desde a década de 1980 até os dias atuais. Neste relatório apresentaremos as ocupações primeiramente nas décadas de 1980 e 1990 e no relatório final as ocupações a partir do ano 2000 até 2010. Também selecionamos algumas notícias do Acervo DATALUTA Jornal para compreender quais as principais notícias sobre a luta pela terra no Brasil. No acervo há mais de 24.000 recortes de notícias desde o ano de 1988 sobre temas como

reforma agrária, agricultura, agronegócio, ocupações de terra, manifestações, violência no campo, entre outros.

No quadro podemos notar que no final dos anos 1980 e anos 1990 algumas notícias vinculadas às ocupações de terras eram freqüentes, no caso a violência causada por jagunços, empregados de grandes fazendas, e pela própria polícia eram frequentes. Ao todo são 67 notícias e todas tem como tema principal a violência contra camponeses em ocupações. A diminuição deste tipo de notícia acontece a partir de 1997, devido, principalmente, ao Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, onde 19 sem-terras foram assassinados no Pará. O massacre chocou a sociedade e foi o divisor de águas da questão da violência no campo na década de 1990.

Apesar de não possuímos notícias do início da década de 1980, sabemos que ela foi uma das mais violentas no que diz respeito ao meio rural. Foi o início da recriação da organização camponesa após o golpe de 1964 através dos espaços de socialização política organizados pelas Comunidades Eclesiais de Base e das ocupações de terra. Segundo FERNANDES (2000) “no ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador rural a cada dois dias” (p.44).

Quadro 5 - Notícias selecionadas para análise das ocupações de terra - 1988-1999					
Pasta	Data da Publicação	Título da Matéria	Resumo da Matéria	Jornal	Pág.
P01-C	4/3/1989	Movimento dos sem terra decide em encontro intensificar ocupações	José Rainha Junior, 28, já está na lista de 350 pessoas ameaçadas de morte por apoiarem a reforma agrária	FSP ¹²	A4
P01-C	12/3/1989	Polícia tenta retirar sem-terra de fazenda no RS	Cerca de 700 policiais da Brigada Militar tentavam retirar, ontem às 12h, 500 famílias de agricultores sem-terra da Fazenda Santa Elmira, em Salto Jacuí (a 350 KM de Porto Alegre, RS).	FSP	A4
P01-C	26/3/1990	Conflito mata sem-terra a tiros em SC	A morte ocorreu durante confronto entre peões e de 20 famílias de sem-terra que tentaram invadir de madrugada a fazenda Serra dos Buracos	FSP	1.4
P03-C	10/3/1991	Sem-terra é ferido no Rio Grande do Sul	Os invasores acusaram a UDR pelo tiro. A entidade negou a autoria	FSP	1.11
P01-C	7/1991	Reforma Agrária vira caso de polícia	A polícia no Brasil está prendendo líderes dos movimentos sociais que lutam pela terra, e a resposta dada pelos movimentos são mais ocupações	JMST ¹³	2
P01-C	7/1991	Polícia federal prende trabalhadores rurais em Marabá	A polícia cercou a casa de um dos militantes do MST e lá estavam outros que também foram presos.	JMST	9
P01-C	10/8/1991	Conflito entre polícia e sem-terra fere 26	Na reintegração de posse de fazenda em Lerroville (PR), PM usa fuzis, invasores reagem com coquetis molotov	FSP	9
P01-C	11/8/1991	Havia Jagunços entre os policiais em desocupação no PR, diz CPT	A CPT afirmou ontem que havia uma força paramilitar na desocupação da fazenda Guaicará.	FSP	11
P01-C	4/11/1991	Número de invasores de terras cresce 37,5%	Segundo o MST, 11 mil famílias ocuparam fazendas em 91; 23 trabalhadores morreram	FSP	1-10
P02-C	9/1992	As relações da polícia militar com os trabalhadores sem-terra	Um artigo de Sérgio Itamar Alves que retrata a relação da PM com os trabalhadores sem-terra	.	.
P03-C	10/3/1993	PM mata líder dos sem-terra no Paraná	Trabalhador rural era acusado de ter comandado assassinato de	FSP	1.11

¹² Jornal Folha de São Paulo.

¹³ Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

			três policiais militares na semana passada		
P03-C	2/5/1993	Família de Adão dos Santos está na terceira geração de acampados	Família de Adão dos Santos está na terceira geração de acampados	FSP	1-8
P01-A	13/11/1993	Cresce risco de confronto entre PM e sem terra	Invasão em Getulina	FSP	1.8
P01-A	20/11/1993	PM retira sem terra de área e deixa 50 feridos	A ação dos policiais demorou um pouco mais de meia hora até que resultasse no completo controlada área obrigando os invasores a formar uma fila para sair do acampamento	OESP ¹⁴	A16
P01-A	20/11/1993	PM expulsa sem terra com bombas de gás	Cerca de 2500 posseiros formaram cordão humano de 1,5 km em torna da fazenda mas não adiantou	FSP	1.14
P01-A	20/11/1993	PM fere 50 em desocupação	50 pessoas foram feridas em desocupação em Getulina	FSP	capa
P01-A	3/2/1994	Polícia tenta hoje expulsar os sem terra	Mandato de reintegração de posse dá direito a PM expulsar sem terra de fazenda em Paulicéia	FSP	1.4
P01-A	10/2/1994	Conflito de sem terra mata 1 em Getulina	Tiroteio entre empregados da fazenda e Sem terra matam 1	FSP	capa
P01-A	12/2/1994	Dois sem terra são baleados em Santa Catarina	Sem terras são baleados após tentarem fazer uma colheita de feijões	FSP	1.6
P03-C	15/5/1994	Violência vai crescer, crê governo	Itamar franco recebe documentos que apontam crescimento do conflito agrário no Brasil	FSP	1.5
P03-C	28/6/1994	Fazendeiros vão montar milícia rural no Pontal	Fazendeiros vão montar milícia rural no Pontal	IMP ¹⁵	1
P01	7/4/1995	Violência que prospera	Critica do Rainha que "não esconde que a tática usada é a seguinte: assumir imediatamente o controle das três propriedades, enquanto a ordem para abandoná-las não lhes é transmitida; e produzir consequências."	OESP	A3
P01-B	28/4/1995	Demitidos moram em cidade de lona	A cidade de lona, como é conhecido o acampamento, morreram 33 crianças nos últimos meses	FSP	1--18
P04-C	9/6/1995	Polícia entra em confronto com sem-terra	Grupo de trabalhadores sem-terra entrou em confronto com a	FSP	1-14

¹⁴ Jornal O Estado de São Paulo.

¹⁵ Jornal O Imparcial – Presidente Prudente.

		em PE	polícia militar		
P01-B	8/8/1995	Trabalhador Rural é assassinado na Paraíba	Paulo Gomes de 74 anos,foi assassinado a tiros de espingarda ontem pela manhã na Faz. Pindoba, na PB	FSP	1--14
P04-C	15/8/1995	Laudos apontam chacina em Rondônia	Exame mostra que alguns sem-terra foram mortos depois de já dominados pela polícia	FSP	1-10
P01	28/10/1995	Fazendeiros já contratam seguranças armados em SP	Sec. da Segurança diz que situação é gravíssima	FSP	1-13
P01-B	11/11/1995	FHC anuncia desapropriações e critica violência no campo	FHC enviou ontem ao Congresso projeto que simplifica processos de desapropriação de terras	OESP	capa
P01-B	2/12/1995	Fazendeiros vão se armar, diz ruralista	Afirmção foi feita por deputado ruralista que acompanhou FHC em solenidade militar em Pirassununga	FSP	1--8
P01-B	14/12/1995	Sem-terra do PR tem perna amputada	O sem-terra Pedro L. dos Santos foi atingido por um tiro na perna, disparado pela PM, durante expulsão da Fazenda Saudade, no PR	FSP	1--9
P05-C	19/1/1996	Confronto entre fazendeiros do RS e sem-terra deixam quatro feridos	feridos; conflito; fazenda santa Antão; RS;	FSP	1.10
P03	28/1/1996	MST denuncia tiros contra acampamento	MST denuncia tiros contra acampamento	ON ¹⁶	3
P05-C	29/1/1996	Acampados no Pontal tem novo atentado	Na ultima sexta feira 3 ou 4 homens atiraram no acampamento em frente da Fazenda Santa Rita	FSP	1.10
P05-C	19/4/1996	Policiais Massacram sem-terra no Pará	Pelo menos 19 pessoas foram mortas no confronto.	FL ¹⁷	6
P05-C	19/4/1996	Colonos foram mortos com disparos de fuzil	Eldorado de Carajás; Fazenda Macaxeira	FL	6
P05-C	19/4/1996	FHC diz que "desta vez culpados serão julgados"	Eldorado de Carajás; Fazenda Macaxeira	FL	6
P05-C	19/4/1996	Estado é recordista em assassinatos de trabalhadores rurais	Eldorado de Carajás; Fazenda Macaxeira	FL	6
P05-C	19/4/1996	Confronto tem indícios de execução	Corpos que estão em Marabá apresentam tiros na testa e dois	ON	2°C.

¹⁶ Jornal Oeste Notícias – Presidente Prudente.

¹⁷ Jornal

			tinham a cabeça totalmente destroçadas		
P05-C	19/4/1996	Doze morreram em Corumbiara	Corumbiara;	OESP	A-13
P05-C	19/4/1996	Pará é recordista em crimes no campo	Comissão Pastora da Terra; Eldorado de Carajás;	FSP	1.8
P05-C	20/4/1996	Sem-terra de 9 anos leva tiro no Paraná	pistoleiros; Fazenda Perpétuo Socorro	ON	Capa
P05-C	20/4/1996	Líder foi morto com tiro a queima-roupa	Eldorado de Carajás;	FSP	1.8
P05-C	23/4/1996	200 crimes têm 2 julgamentos	Conflitos fundiários;	FSP	1.5
P06-C	5/5/1996	Uma morte a cada 5 dias no campo	CPT; Guerra suja;	ZH	
P02-B	8/6/1996	Confronto deixa 2 sem-terra baleados	2 sem-terra do acampamento da Fazenda Guará Oeste, em Santa Maria do Oeste, a cerca de 350 km de Curitiba, foram feridos em confrontos com seguranças da Fazenda Perpétuo Socorro	ON	2.5
P02-B	9/6/1996	Ruralista prevê guerra no campo com a nova lei	Coordenador da Frente Parlamentar da Agricultura e proprietário rural, deputado Alberto Lupion, previu a "guerra" no campo, com a aprovação do projeto de lei	IMP	7A
P06-C	14/6/1996	Conflito de terras provoca mortes no Maranhão	Segundo a Federação da Agricultura, pelo menos 5 pessoas morreram, governo fala em 4	OESP	A13
P07-C	25/8/1996	Novo conflito de terras deixa um morto no Pará	Fazenda São Francisco; Eldorado de Carajás;	FSP	1.13
P07	6/11/1996	Seguranças reagem com tiros a invasão no Pontal	Durante mais de duas horas, funcionários da Faz Sta Irene atiraram em sem-terra	OESP	A17
P07	6/11/1996	Pistoleiros inibem a balas ocupação do MST	Os tiros contra os sem terra duraram exatamente uma hora	IMP	6A
P03-B	26/11/1996	Sem-terra são repelidos a tiros em Presidente Venceslau	Grupo de trabalhadores tentou invadir no sábado à noite a Fazenda Tupanciretã	OESP	A14
P08	14/1/1997	Seguranças de fazenda airam em sem-terra	Na Faz Sta Rita em Mirante	ON	1.8
P04-B	17/1/1997	Sem-terra são mortos no Paraná	2 sem-terra morreram e 1 foi ferido ontem próximo ao acampamento da Fazenda Pinhal Ralo, pertencente à Madeireira Giacomet-Marodin, em Rio Bonito do Iguaçu, no PR	OESP	A18
P08	28/1/1997	Sem-terra são recebidos à bala no Pontal	Fazendeiro Guilherme Coimbra Prata, vice-presidente da UDR, dono da Concórdia, Rainha disse que se não foram tomadas providências com o desarmamento dos fazendeiros, a região vai se transformar em um Eldorado dos Carajás (PA).	FSP	1.12

P08	29/1/1997	Novo tiroteio expulsa sem-terra	Sob saraivada de balas, sem-terra abandonaram barracos que foram destruídos por tratores dos fazendeiros	ON	1.8
P09	24/2/1997	Conflito deixa 8 sem-terra feridos em SP	Pontal-MST invade fazenda em Sandovalina para impedir colheita de milho e são recebidos a bala pelos seguranças	FSP	1.7
P11-C	7/5/1997	Ruralistas já preveem mais casos de morte	UDR; MST; violência no campo	FSP	1.11
P12-C	9/6/1997	Tiroteio em área invadida de PE deixa 6 feridos	Duas vítimas eram crianças; ataque a acampamento ocorreu ontem de madrugada	OESP	A11
P05-B	3/7/1997	Violência rural atinge crianças	Dez menores morreram em disputa de terra de 90 a 96, diz pesquisa da CPT e OIT	FSP	1--11
P11	12/8/1997	Sem-terra são feridos ao tentar entrar em área	Fazendeiros de Ivinhema em Mato Grosso do Sul, recebe grupo de invasores à bala	OESP	A26
P12	20/8/1997	Questão Agrária: Ordem é atirar para matar, diz ruralista	Afirmção é de presidente de sindicato rural,; para Udr, fazendeiros se defenderão usando 'todos os meios'	FSP	1.11
P14	15/1/1998	Tiros expulsam sem-terra de fazenda	Seguranças expulsaram a tiros um grupo de cem trabalhadores rurais sem-terra que invadiram uma fazenda em Caiuá	ON	1
P15-C	6/3/1998	Líder do MST é assassinado	Assassinato de Adélson da Silva Brito	FSP	1.10
P15-C	7/3/1998	Líder de sem-terra é assassinado em MS	Assassinato de Teodomiro Ferreira dos Santos	FSP	1.9
P07-B	28/3/1998	Fazendeiros matam 2 líderes do MST no Pará	"Fusquinha" e Valentim S. Serra foram mortos a tiros; há 20 dias, 520 famílias ocupam propriedade em Parauapebas	IMP	2A
P16-C	18/4/1998	Cai o número de mortes no campo	Pesquisa mostra que menos pessoas perderam vida em conflitos no governo FHC	OESP	A13
P21	27/5/1999	Questão Agrária: Número de conflitos no campo é menor	Para Raul Jungmann, apenas uma em cada cinco fazendas invadidas por sem-terra teve reintegração de posse em 99	IMP	A2
Fonte: DATALUTA Jornal, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla					

Através do resumo de cada notícia podemos compreender a amplitude da violência durante as ocupações de terra no período citado e a relativa diminuição de notícias desse tipo no final da década de 1990. Segundo Clédson Mendes da Silva, membro do MST e coordenador da frente de massa do movimento no Estado de São Paulo “Na década de 1980, principalmente, as ocupações que a gente fazia era mais com o latifundiário do boi, criador de pecuária extensiva. A relação se dava diretamente com o movimento e o latifundiário, e o latifundiário armado, a UDR era muito forte nessa década de 1980 começo da década de 1990. A UDR tinha o papel de armar os fazendeiros, os jagunços para defender as propriedades, o direito da propriedade da terra” (Entrevista realizada no dia 23 de junho de 2010).

As notícias selecionadas e as entrevistas nos apontam algumas características das ocupações na década de 1980 e 1990. É importante ressaltar que na década de 1980 famílias sem-terra ocupavam terras com o apoio da Igreja Católica e de partidos políticos. Algumas famílias ainda não estavam vinculadas a movimentos. Podemos notar no quadro 6 que no final da década de 1980 e início da década de 1990 não há a identificação do nome dos movimentos socioterritoriais¹⁸ em ocupações. O único movimento que podemos identificar que já atuava nesse período era o MST, que surgiu em 1984. Até 1995 tínhamos a atuação do MST e da CUT¹⁹ nas ocupações.

A partir de 1996 outros movimentos foram surgindo e ocupando terras. No período de 1988 até 1999 foram 17 movimentos atuando em 3.446 ocupações de terra em todo o território nacional. Algumas dessas ocupações foram realizadas por mais de um movimento, o que denominamos de ocupações em conjunto. Alguns dos movimentos que atuaram nesse período já não existem mais ou atuam apenas em alguns estados. Uma das explicações para a formação de vários movimentos a partir do final da década de 1990 é o que denominamos de dissensão, ou seja, a formação de outro movimento a partir de um primeiro.

No quadro abaixo podemos notar o número de ocupações e o nome dos movimentos que atuaram anualmente no país.

Quadro 6 - Atuações dos Movimentos Socioterritoriais em Ocupações no Brasil no período de 1988-2009		
Ano	Número de Ocupações	Número e Nome dos Movimentos Socioterritoriais que Realizaram Ocupações

¹⁸ A Sociologia utiliza o conceito de movimentos sociais. Todavia, a Geografia, enquanto ciência que estuda o espaço e, conseqüentemente, o território, compreende os movimentos não só como sociais, mas como socioterritoriais. Movimentos socioterritoriais lutam pelo território enquanto espaço de poder e de disputas.

¹⁹ Central única dos Trabalhadores.

1988	71	Não Identificado
1989	86	Não Identificado
1990	50	1 – MST
1991	86	2 - MST, CUT
1992	91	1 – MST
1993	116	1- MST
1994	161	1 – MST
1995	186	1- MST
1996	451	5 - CONTAG, CPT, MBUQT, MLT, MST
1997	500	7 - Associação dos Trabalhadores Rurais 7 de Setembro, CONTAG, CPT, MBUQT, MLST, MLT, MST
1998	792	14 - CONTAG, CPT, CUT, LOC, MAST, MBST, MLST, MLT, MST, MT, MTB, Paz Sem Terra, Sem Terra Rosana, Terra Brasil
1999	856	12 -CONTAG, CPT, CUT, LOC, MAST, MBST, MLST, MLT, MST, MT, MTB, MTRSTB
2000	519	18 - CAA, CONTAG, COOTERRA, CPT, CUT, FETRAF, LOC, MBUQT, MLST, MLT, MST, MT, MTB, MTR, MTRST, MTRSTB, MTRUB, UFT
2001	273	15 - ACUTRMU, ASA, ATUVA, CONTAG, CPT, CUT, LOC, MAB, MLST, MLSTL, MLT, MSST, MST, MT, MTR
2002	269	15 - CCL, CETA, CLST, CONTAG, CPT, LCC, LCP, LOC, MAST, MCC, MCST, MST, MSTR, RACAA-SUL, USST
2003	540	38 - CAR, CETA, CLST, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, GRUPO XAMBRE, ÍNDIOS, LCP, LOC, MAB, MAST, MLST, MLT, MLTRST, MMA, MNF, MPA, MSO, MSST, MST, MSTA, MTA, MTAA/MT, MTB, MTBST, MTL, MTR, MTSTCB, OLC, OTC, QUILOMBOLAS, SINPRA, STL, UAPE, VIA CAMPESINA
2004	662	33 - ACRQBC, ADT, ARST, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FETRAF, ÍNDIOS, LCP, MAB, MAST, MLST, MLT, MPA, MPT, MSONT, MSST, MST, MTB, MTD, MTL, MTR, MTRSTP, MTS, MTST, MTV, MUST, MUT, OLC, OTC, QUILOMBOLAS, VIA CAMPESINA
2005	561	27 - ACRQBC, AMPA, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FETRAF, FST, ÍNDIOS, LCP, MAST, MCNT, MLST, MLT, MPA, MPRA, MST, MTA, MSTR, MTD, MTL, MTR, MUB, OAC, OLC, QUILOMBOLAS, TUPÃ 3E

2006	545	29 - ACRQ, CONLUTAS, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, FRUTO DA TERRA, FUVI, ÍNDIOS, LCP, LOC, MAB, MAST, MBUQT, MATR, MLST, MLT, MPRA, MPST, MST, MTAA/MT, MTD, MTL, OITRA, QUILOMBOLAS, TUPÃ 3E, UNIDOS PELA TERRA, VIA CAMPESINA
2007	533	33 - ACRQ, ASTECA, ASTST, CETA, CONAQ, CONLUTAS, CONTAG, CPT, CTV, CUT, FERAESP, FETRAF, ÍNDIOS, LCP, MAB, MAST, MLST, MLT, MLUPT, MPA, MPRA, MPST, MST, MTB, MTL, MTRST, MTST, OITRA, OLST, QUILOMBOLAS, UNITERRA, UST, VIA CAMPESINA
2008	261	20 - AST*, CETA, CONTAG, CPT, FETRAF, ÍNDIOS, LCP, MAST, MLST, MLT, MST, MST DA BASE*, MTB, MTD, MTST, OLST, QUILOMBOLAS, UNASFP, UNITERRA, VIA CAMPESINA
2009	391	27 - AMIGREAL, ASPARMAB, AST*, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, GERAZEIROS, Indígenas, LCP, MAB, MAST, MTR, MCC, MLST, MMC, MST, MST DA BASE*, MTD, MTST, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, UNITERRA, VIA CAMPESINA
Total	8.128	97
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla		

No quadro abaixo temos o nome de cada movimento que atua em ocupações no Brasil de 1988 a 2009.

Quadro 7 - Nome dos Movimentos Socioterritoriais que atuaram no Brasil - 1988-2009	
Sigla	Nome do Movimento Socioterritorial
ACRQ	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas
AMIGREAL	Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas
ASPARMAB	Associação de Pequenos Agricultores Rurais de Marabá
AST*	Associação de Sem Terra
ASTECA	Associação Técnica de Cooperação Agrícola
ASTST**	Associação dos Sem Terra e Sem Teto
ASTT	N.I.
ACRQBC	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Brejo dos Crioulos
ACUTRMU	Associação das Comunidades Remanescentes
ADT	Associação em Direito da Terra
AMPA	Associação do Movimento dos Pequenos Agricultores
ARST	Associação Renovação dos Sem Terra
ASA	Associação Santo Antônio
ATUVA	Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida

CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CAR	Central dos Assentados de Roraima
CCL	Centro de Cidadania e Liderança
CETA	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados
CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOTERRA	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTV**	Centro Terra Viva
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETRAF	Federação da Agricultura Familiar
FST	Fórum Social do Triângulo
FUVI	Famílias Unidas do Vale do Vilhema
GRUPO XAMBRE	Grupo Xambê
LCC	Liga Camponesa Corumbiara
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
LOC	Liga Operária Camponesa
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MATR	Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais
MBUQT	Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra
MCC	Movimento Camponês de Corumbiara
MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra
MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLSTL	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MLUPT	Movimento Luta Unida pela Terra
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MNF	Movimento Sem Terra Nova Força
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPRA	Movimento Popular pela Reforma Agrária
MPST	Movimento Popular dos Sem Terra
MPT	Movimento Pacífico pela Terra
MSO	Movimento Social Organizado
MSONT	Movimento Sonho da Terra
MSST	Movimento Social dos Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MST DA BASE	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - da Base***

MSTA	Movimento dos Sem Terra do Amazonas
MT	Movimento dos Trabalhadores
MTA	Movimento dos Trabalhadores Assentados
MTAA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso
MTB	Movimento Terra Brasil
MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MTR	Movimentos dos Trabalhadores Rurais
MTRST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTRSTB	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Brasileiros
MTRSTP	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Paraná
MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos
MTS	Movimento por uma Tendência Socialista
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTSTCB	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Central do Brasil
MTV	Movimento Terra Vida
MUB	Movimentos Unidos Brasil
MUST	Movimento Unido dos Sem Terra
MUT	Movimentos Unidos Pela Terra
OAC	Organização Agrária Camponesa
OITRA	Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária
OLC	Organização da Luta no Campo
OLST	Organização para a Libertação dos Sem Terra
OTC*	Organização dos Trabalhadores no Campo
RACAA-SUL	Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia
SEM SIGLA	Fruto da Terra
SEM SIGLA	Índios
SEM SIGLA	Quilombolas
SEM SIGLA	Unidos pela Terra
SEM SIGLA	Via Campesina
SINPRA	Sindicatos dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados
STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura
TUPÃ 3E	Trabalhadores do Município de Tupanciretã
UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco
UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto
UFT	União Força e Terra
UNITERRA	União dos Movimentos Sociais pela Terra
USST	União dos Santanenses Sem Terra
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla	

De todos os movimentos citados acima são poucos os que atuam em vários estados do Brasil, a maioria atua em algumas regiões ou estados e até mesmo em municípios. Diferentemente, até o final da década de 1990 a atuação dos movimentos se dava em vários estados ao mesmo tempo, na tentativa de espacializar a luta pela terra por todo o país.

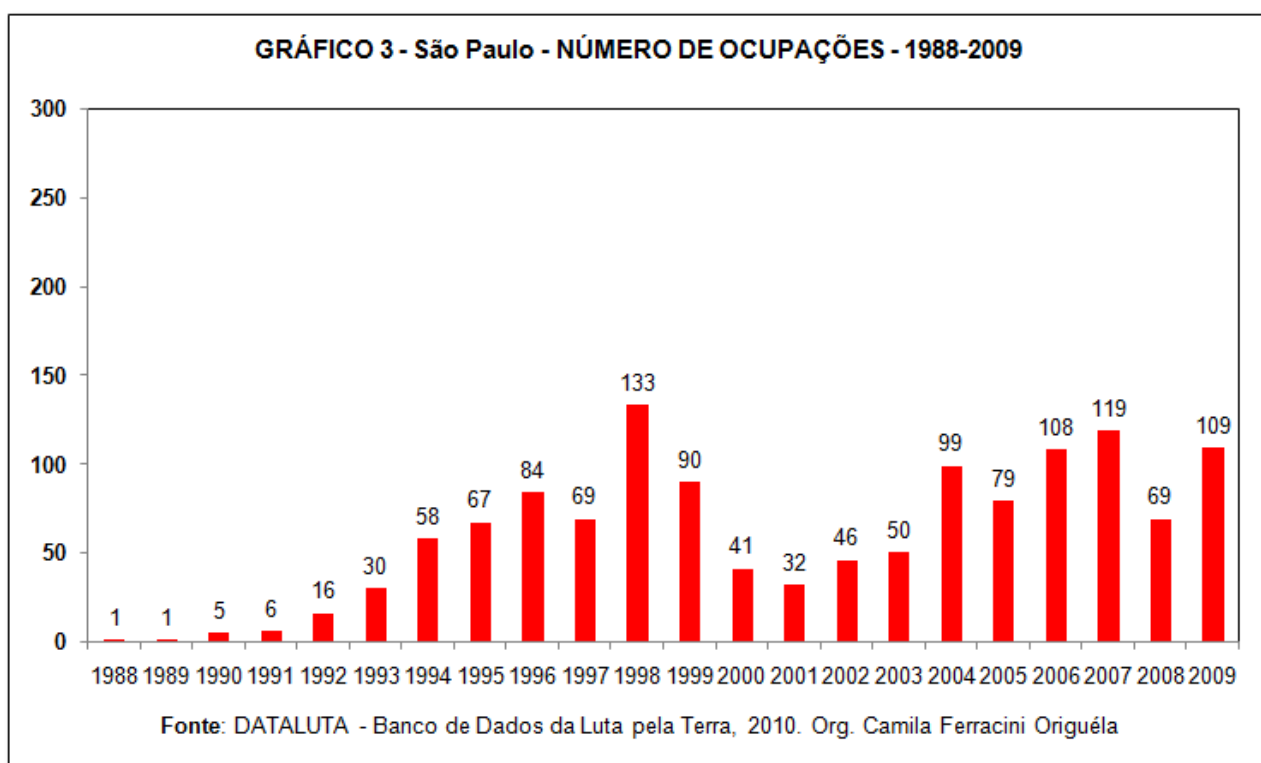
Outro aspecto importante das ocupações nas décadas de 1980 e 1990 segundo Valmir Ulisses Sebastião, coordenador da frente de massa do MST no Estado de São Paulo, é que “Nesse período toda família ia para o acampamento e participava da ocupação, iam crianças, jovens, idosos, mulheres e hoje está mais restrito” (Entrevista realizada no dia 23 de junho de 2010). Em alguns acampamentos ou até mesmo em ocupações a participação de todos da família era constante, o número de pessoas acampadas era muito maior. Toda a família morava no acampamento à espera da ocupação e do futuro assentamento.

Em quase trinta anos de ocupações de terras alguns aspectos nas ações dos trabalhadores rurais modificaram-se. A atual conjuntura política e econômica que vivemos são diretrizes no que diz respeito à luta pela terra. Todavia, somente no relatório final iremos retratar as características das ocupações nos últimos anos, comparando-as com as características levantadas neste relatório das ocupações nas décadas de 1980 e 1990.

ANALISE MENSAL DAS OCUPAÇÕES DA REDE DATALUTA - 2010

SÃO PAULO

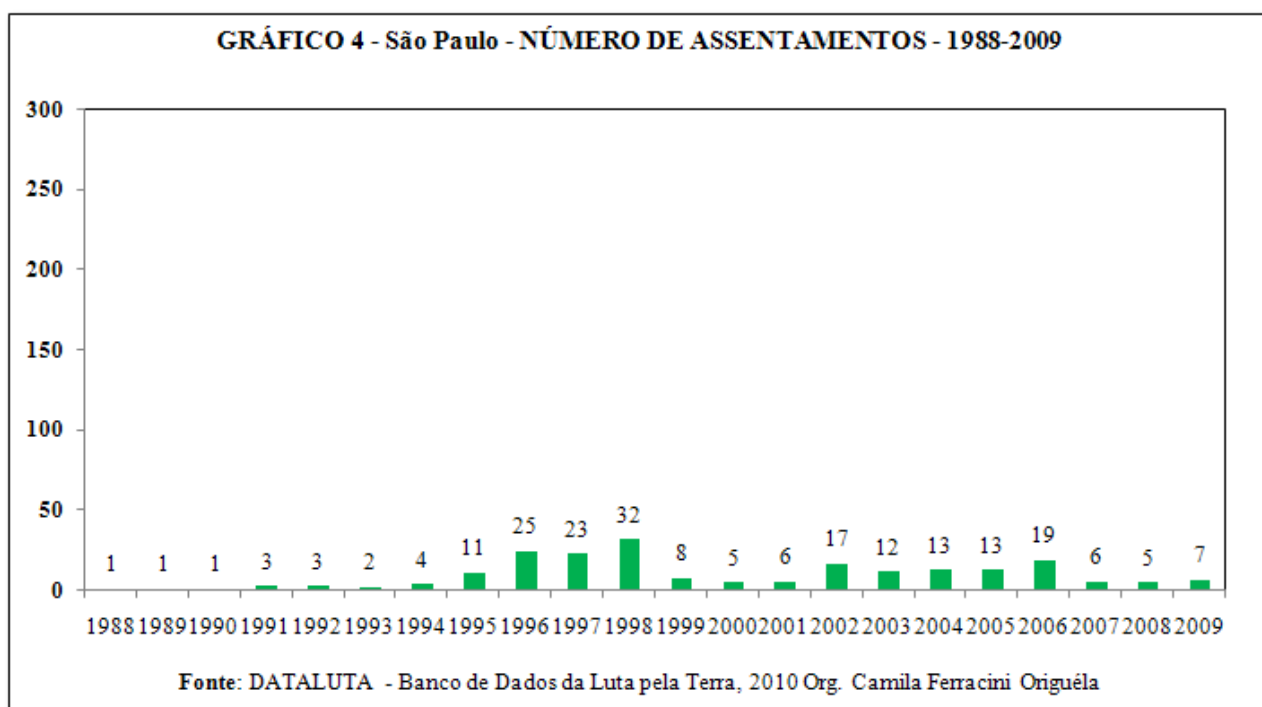
De acordo com o DATALUTA, a partir de 2008 o Estado de São Paulo destacou-se na luta pela terra ultrapassando em número de ocupações Pernambuco, que sempre teve os maiores índices de ocupações no Brasil. Entre 1988 e 2009, São Paulo foi palco de 1.312 ocupações com destaque para a região do Pontal do Paranapanema com 744, aproximadamente 60% das ocupações em mais de vinte anos. Na tabela abaixo podemos visualizar a evolução da luta pela terra no estado.



A região do Pontal do Paranapanema localiza-se no extremo oeste do estado e é formada por 32 municípios, sendo eles: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabaí e Teodoro Sampaio. O palco da luta pela terra no Estado de São Paulo caracteriza-se pela predominância de terras devolutas, ou seja, propriedades públicas que apesar de ocupadas nunca pertenceram a um particular.

Desde 1995 o Pontal do Paranapanema caracteriza-se como uma das principais regiões de conflitos fundiários do Brasil, principalmente devido ao seu histórico de terras devolutas e griladas. O Projeto de Lei 578, instituído em 2007, criou mecanismos que possibilitaram a regularização de imóveis maiores que 500 hectares na região. Com a legalização, a partir de 2007, de terras públicas houve a consolidação da estrutura fundiária existente, concentradora da terra e da renda. A lei foi uma tentativa de diminuir o conflito no Pontal.

No gráfico 4 podemos notar que apesar do intenso conflito por terras no estado o número de assentamentos criados pelo INCRA ou ITESP²⁰ não passa de 217 de 1988 a 2009, com relativa diminuição nos últimos 3 anos (2007, 2008, 2009).



O desenvolvimento do agronegócio no Brasil e, conseqüentemente, no Estado de São Paulo ocasionou concomitantemente ao crescimento econômico a concentração da terra e da renda, a expansão da monocultura, a utilização de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas. A agricultura no século XXI é financiada pelo capital financeiro internacional e sustentada pelas políticas estatais.

O agronegócio paulista destaca-se na produção da cana-de-açúcar, laranja, soja, carne e eucalipto. A produção da cana-de-açúcar expandiu-se do município de Piracicaba para Ribeirão

²⁰ Instituto de Terras do Estado de São Paulo

Preto, seguindo por São José do Rio Preto, Araçatuba, Bauru, chegando ao Pontal do Paranapanema a partir de 2006, devido às condições climáticas e topográficas favoráveis. Os laranjais começaram a ser cultivados em Bebedouro e agora caminham em direção aos municípios de Avaré e Itapetininga. O eucalipto está presente no Vale do Paraíba.

A cana-de-açúcar é a principal atividade agropecuária do estado, mesmo com a sua expansão a pecuária paulista ainda é muito presente. Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola a área de pastagens é de 9,7 milhões de hectares, apesar da redução sofrida entre 2005 e 2006. No quadro abaixo podemos notar a evolução da produção de cana-de-açúcar no estado.

Quadro 8 - Evolução da Produção de Cana-de-Açúcar no Estado de São Paulo - 2000-2009	
Ano	Produção (Milhões de Toneladas)
2000	189.391.238,00
2001	201.682.870,00
2002	212.707.367,00
2003	227.980.857,00
2004	241.659.019,39
2005	254.809.736,45
2006	284.916.738,09
2007	327.683.588,04
2008	393.422.087,49
2009	423.087.218,07

Fonte: IEA - Instituto de Economia Agrícola Org. Camila Ferracini Origuéla

Com a expansão do agronegócio da cana no estado a disputa territorial entre o capital e o campesinato intensificou-se. As ocupações de terra exemplificam a nova disputa que configura o espaço rural não só no Estado de São Paulo, mas em todo o país. Em trabalho de campo em alguns municípios do Pontal do Paranapanema podemos visualizar grandes latifúndios que atualmente cultivam cana-de-açúcar, muitas vezes aliadas à pecuária extensiva. Com o avanço da monocultura em grandes propriedades os movimentos socioterritoriais enfrentam um novo inimigo, o agronegócio.

No quadro 9 podemos visualizar todos os movimentos socioterritoriais que atuaram/atua no estado.

Quadro 9 - Movimentos Socioterritoriais em Ocupações 1988-2009	
São Paulo	ARST
	ASSOC. TRAB. RURAIS 7 DE SETEMBRO
	CONLUTAS

	CONTAG
	CUT
	FERAESP
	FETRAF
	Índios
	MAST
	MBUQT
	MCST
	MLST
	MLT
	MNF
	MPT
	MST
	MTB
	MTRSTB
	MTST
	MTSTCB
	MTV
	MUB
	MUST
	OITRA
	OTC
	PAZ SEM TERRA
	QUILOMBOLAS
	SEM TERRA ROSANA
	TERRA BRASIL
	UNIDOS PELA TERRA
	UST
	VIA CAMPESSINA
Total	32
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla	

No quadro 10 apresentamos os registros de ocupações do mês de janeiro de 2010.

Quadro 10 - São Paulo - Ocupações janeiro de 2010						
Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
São Paulo	Rio Claro	Floresta Nacional Edmundo Navarro de Andrade (FEENA)	25	ABUST	17/01/2010	N.I.
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla						

A Associação Brasileira do Uso Social da Terra (ABUST) ocupou a Floresta Nacional Edmundo Navarro de Andrade no município de Rio Claro, que desde 2002 é considerada uma floresta estadual berço do eucalipto no Brasil com o maior banco genético da espécie no País. Dentre as 25 famílias algumas são dissidentes do MST e reivindicam 70% da área da floresta (2.230 hectares) para o assentamento das famílias (*O Estado de São Paulo on-line* – 17 de jan. de 2010)²¹.

De acordo com as ocupações armazenadas pelo DATALUTA desde 1988 não há registro de ações do movimento ABUST. Podemos considerá-lo como novo, em fase de organização. Como o próprio jornal registra o movimento caracteriza-se como uma dissidência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A dissidência é um ato comum nos movimentos socioterritoriais, principalmente a partir de 1995, onde um grupo de integrantes discordam da política, da ideologia ou da forma de organização do movimento a que pertencem e formam outro movimento que luta pela terra, pelo território.

Quanto ao território não podemos caracterizá-lo como latifúndio ou agronegócio, sendo assim, colocamos a legenda N.I. no quadro que significa “Não Identificado”.

No quadro 11 apresentamos os registros de ocupações do mês de fevereiro de 2010.

Quadro 11 - São Paulo - Ocupações fevereiro de 2010						
Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
São Paulo	Teodoro Sampaio	Fazenda Beira-Rio	N.I.	MST*	N.I./02/2010	Agronegócio
São Paulo	Mirante do Paranapanema	N.I.	N.I.	MST*	N.I./02/2010	N.I.
São Paulo	Santo Anastácio	Fazenda Brasília	N.I.	MST*	N.I./02/2010	N.I.
São Paulo	Presidente Bernardes	Fazenda Guarani	N.I.	MST*	N.I./02/2010	Latifúndio
São Paulo	Martinópolis	Fazenda Bartira	N.I.	MST*	N.I./02/2010	N.I.
São Paulo	Marabá Paulista	Fazenda Floresta	N.I.	MST*	N.I./02/2010	N.I.
São Paulo	Marabá Paulista	Fazenda São José	N.I.	MST*	N.I./02/2010	N.I.
São Paulo	Rancharia	Fazenda Santa Maria	N.I.	MST*	N.I./02/2010	N.I.

²¹ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,sem-terra-invadem-horto-florestal-de-rio-claro-sp,497162,0.htm>. Acesso 17 de jan de 2010.

São Paulo	Rancharia	Fazenda Bartira	N.I.	MST*	N.I./02/2010	N.I.
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla						

No mês de fevereiro o Estado de São Paulo registrou 9 ocupações de terra realizadas pelo MST*²², conhecido como MST da Base, movimento liderado por José Rainha Júnior ex-líder do MST Nacional. As ocupações e os acampamentos formados no mês de fevereiro fazem parte do chamado “Carnaval Vermelho”. Em nota à imprensa o movimento reivindica a desapropriação de latifúndios considerados improdutivos pelo INCRA, atualização dos índices de produtividade, assentamento urgente das famílias acampadas, agroindústria e programa de biodiesel para as famílias assentadas, apoio a agricultura familiar e a alteração do Decreto 433 que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda à vista, sendo que atualmente essas terras são pagas através de Títulos da Dívida Agrária (TDA).

Além das 9 ocupações, cerca de 5 mil pessoas, aproximadamente 1250 famílias, ergueram acampamentos na entrada de 61 fazendas do Pontal do Paranapanema e da região da Alta Paulista no oeste do estado, a mobilização atingiu 36 municípios. Tanto os acampamentos quanto as ocupações denunciam à sociedade a existência de terras improdutivas, públicas e griladas (*O Estado de São Paulo* – 13 de fev. de 2010, p. A7).

As 9 propriedades ocupadas localizam-se em municípios do Pontal do Paranapanema. O número de famílias em cada ocupação e a data não foram identificados. A Fazenda Beira-Rio no município de Teodoro Sampaio já foi ocupada outras sete vezes segundo o DATALUTA (2010). Em trabalho de campo na região do Pontal do Paranapanema podemos notar que atualmente a propriedade destina-se à produção de cana-de-açúcar. A Fazenda Brasília em Santo Anastácio já foi ocupada outras duas vezes; a Fazenda Guarani em Presidente Bernardes caracteriza-se como um latifúndio de acordo com o trabalho de campo e já foi ocupada outras 15 vezes segundo o DATALUTA (2010).

Existem duas Fazendas Bartira, uma em Martinópolis e a outra em Rancharia, ambas já foram ocupadas uma vez segundo o DATALUTA (2010). As Fazendas Floresta e São José em Marabá Paulista. A Fazenda São Jose já foi ocupada uma vez segundo o DATALUTA (2010).

No quadro 12 apresentamos os registros de ocupações no mês de abril de 2010.

²² Movimento Socioterritorial dissidente do MST. Fundado em 2008, segundo o DATALUTA.

Quadro 12 - São Paulo - Ocupações abril de 2010

Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de Famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
São Paulo	Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	150	MST	N.I./4/2010	N.I.
São Paulo	Gália	Fazenda Recreio Gleba I	N.I.	MST	N.I./4/2010	N.I.
São Paulo	Borebi	Fazenda Noiva da Colina	N.I.	MST	N.I./4/2010	N.I.
São Paulo	Taubaté	Fazenda Guaçaí	100	MST	13/4/2010	N.I.
São Paulo	Campinas	Fazenda Tozan	150	MST/EIXO METROPOLITANO (REGIONAIS DE CAMPINAS, GRANDE SÃO PAULO, RIBEIRÃO PRETO E VALE DO PARAÍBA)	13/4/2010	N.I.
São Paulo	Pereira Barreto	Área da CESP	75	MST	14/4/2010	N.I.
São Paulo	Promissão	Fazenda Santa Clara	180	MST	15/4/2010	N.I.
São Paulo	Sandovalina	Fazenda Poá	100	MST	15/4/2010	Latifúndio
São Paulo	Nuporanga	Usina Capital (Terras da Usina)	62	MST	17/4/2010	N.I.
São Paulo	Iaras	N.I.	N.I.	MST	17/4/2010	N.I.

Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla

Das 10 propriedades ocupadas pelo MST em abril, apenas uma, a Fazenda Poá em Sandovalina, podemos classificar como latifúndio, pois acompanhei esta ocupação. De acordo com as fontes de jornais não podemos caracterizar o território das outras 9 fazendas. A Fazenda Nazaré em Marabá Paulista já foi ocupada 5 vezes segundo o DATALUTA (2010), a propriedade pertence ao antigo prefeito de Presidente Prudente Agripino Lima Filho.

A Fazenda Recreio Gleba I em Gália nunca havia sido ocupada antes; a Fazenda Noiva da Colina em Borebi já foi ocupada uma vez; a Fazenda Guaçaí em Taubaté já foi ocupada duas vezes; a Fazenda Tozan em Campinas nunca foi ocupada antes; a Área da CESP em Pereira Barreto nunca havia sido ocupada antes; a Fazenda Santa Clara em Promissão nunca havia sido ocupada antes; as terras da Usina Capital em Nuporanga nunca havia sido ocupada antes, segundo o DATALUTA (2010). E em Iaras o nome da propriedade não foi identificado.

Há exatamente 13 anos, no dia 17 de abril de 1996 no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, no município de Eldorado dos Carajás, sul do Estado do Pará, 19 sem - terras foram brutalmente assassinados em ação da polícia militar. Cerca de 1500 sem - terras protestavam na rodovia PA-150 que liga o município de Eldorado à capital Belém devido a demora na desapropriação de terras, como a da Fazenda Macaxeira; a polícia militar foi encarregada de acabar com a marcha. O episódio ficou conhecido nacionalmente como o Massacre de Eldorado dos Carajás e o mês de abril como “Abril Vermelho”, este é o mês simbólico da reforma agrária e da luta pela terra para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra. É, principalmente, em abril que as lutas do MST intensificam-se.

No dia 8 de abril ocorreu o Encontro Regional do MST no município de Teodoro Sampaio – SP. A reunião tinha como intuito a reflexão da atual conjuntura da reforma agrária no Pontal do Paranapanema e no Brasil. Hoje a maior dificuldade enfrentada pelos sem - terras acampados e pelos trabalhadores já assentados é o fortalecimento das grandes propriedades através do agronegócio e do privilégio estatal. A disputa territorial (camponeses x capital) está ficando cada vez mais difícil. Podemos notar que nos últimos dois anos houve a diminuição da mobilização social, em 2006 o DATALUTA registrou 545 ocupações, em 2007 são 533 ocupações de terra, já em 2008 registramos 389. Em 2009 foram 351 ocupações de terra no Brasil. Apesar do relevante aumento não se compara às ocupações de 2006 e 2007.



Foto 4: Encontro Regional dos Assentados e Acampados do MST no município de Teodoro Sampaio.
Fonte: Camila Ferracini Origuéla, 2010.

A jornada nacional de luta do MST deste “Abril Vermelho” reivindica a aceleração de processos de desapropriação de terras que estão parados no judiciário, a atualização dos índices de produtividade das propriedades rurais que não são redefinidos desde 1976, sendo que a Constituição Federal determina que a cada dez anos esses índices sejam revistos, o assentamento de 90 mil famílias que estão acampadas por todo o Brasil, novas políticas públicas que beneficiem áreas de reforma agrária, como um programa de agroindústria específico para os assentamentos e a anulação da dívida e inadimplência das famílias assentadas que acessaram o PRONAF²³.

Em agosto de 2009 o Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva assegurou ao MST a atualização dos índices de produtividade, porém até agora não concretizou sua promessa. Inúmeros latifúndios, de acordo com os índices de produtividade, não atingem o mínimo necessário para cumprir com a função social da terra, sendo assim os índices servem de parâmetro para identificar propriedades improdutivas e, conseqüentemente, desapropriá-las para a reforma agrária. A não atualização desses índices há mais de 30 anos possibilita a existência de áreas que nada produzem.

Apesar da nova reivindicação da atualização dos índices agropecuários pelo MST, já no mês de maio circulou pela mídia a notícia de que mais uma vez, sob pressão da bancada ruralista e do PMDB²⁴, o governo desistiu de promover a atualização.

Segundo a divulgação do próprio MST ocorreram 96 ações em todo o Brasil, dentre elas ocupações de terra, manifestações (marchas, protestos, etc.) e ocupações de prédios públicos como o INCRA, ITESP²⁵ e Banco do Brasil. A maioria das terras ocupadas, já haviam sido classificadas como improdutivas em vistorias do INCRA, mas ainda não foram desapropriadas e destinadas à reforma agrária. Aproximadamente 71 latifúndios foram ocupados em todo o território nacional. Nos estados da REDE DATALUTA foram registradas 24 ocupações de terra, sendo 10 ocupações no Estado de São Paulo, 8 na Paraíba, 4 em Sergipe, 1 no Rio Grande do Sul e 1 em Minas Gerais.

Como consequência do “Abril Vermelho”, a pecuarista e Senadora do Democratas - Tocantins Kátia Regina de Abreu, atualmente também presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), protocolou no Ministério da Justiça um documento com propostas para combater as “invasões” de terras no país. O documento sugere a criação de um Plano Nacional de Combate às Invasões de Terra; outra iniciativa é a coleta de mais de 1 milhão de assinaturas da

²³ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1995 com o intuito de atender os pequenos produtores rurais que desenvolvam suas atividades mediante emprego direto e trabalho familiar. Para saber mais ver <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>.

²⁴ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

²⁵ Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

população para uma campanha contra a mobilização “Abril Vermelho” do MST. As iniciativas da Senadora defendem os interesses do grande latifúndio e do agronegócio, com apoio da bancada ruralista no Congresso Nacional.

Os candidatos à presidência da República, Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores - PT e José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, criticaram as ocupações de terra e de prédios públicos na maior feira de máquinas e implementos agrícolas do país, a Agrishow, que aconteceu no município de Ribeirão Preto - SP, logo após a jornada de lutas do MST. Cercados por uma platéia de lideranças ruralistas e industriais do agronegócio, segundo fontes de jornais, os candidatos se posicionaram contra as ocupações de propriedades rurais. Dilma Rousseff é contrária às ocupações, porém defende o diálogo com os sem - terra. Já José Serra acusa os movimentos sociais de serem movimentos políticos devido às suas ações (*O Estado de São Paulo on-line* – 09 de maio de 2010) ²⁶.

Se levarmos em consideração que a cada novo governo há uma mudança na conjuntura da reforma agrária e, conseqüentemente, na mobilização dos sem - terra e ocupações de terra, caso um dos dois presidentes citados acima sejam eleitos a luta pela terra poderá sofrer grandes e significativas mudanças.

A mobilização pela reforma agrária continua, todavia a territorialização do agronegócio subsidiada pelo Estado dificulta ainda mais o assentamento das famílias acampadas por todo o Brasil. Se o latifúndio até hoje é um entrave na luta pela terra, o agronegócio excluirá o trabalhador rural, aumentará a criminalização dos movimentos socioterritoriais e a pobreza no campo.

No mês de maio e junho não houve registros de ocupações.

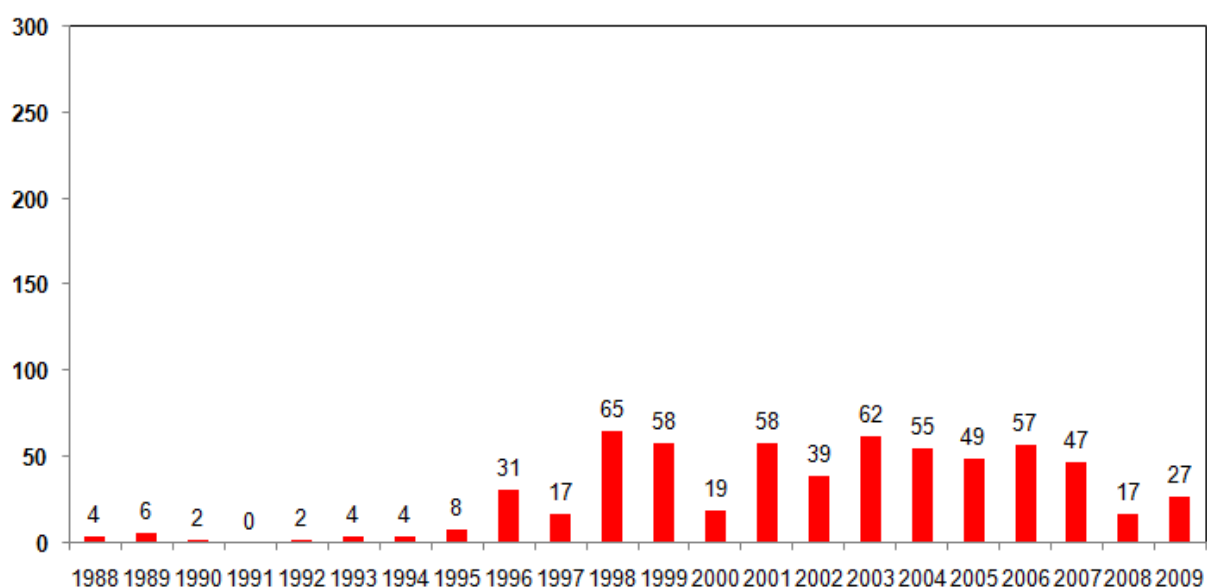
MINAS GERAIS

A luta pela terra no Estado de Minas Gerais teve início na década de 1980. Em quase todas as regiões do estado “ocorreram vários focos isolados de resistência e luta pela terra de várias categorias de trabalhadores do campo mineiro, tais como posseiros, agregados, meeiros, assalariados reideiro, parceiros e pequenos proprietários” (FEITOSA, 2008, p.48).

De acordo com o gráfico 5 podemos analisar como se deu a expansão da luta pela terra a partir de 1988.

²⁶ Disponível em http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100509/not_imp549107,0.php. Acesso 10 de maio de 2010.

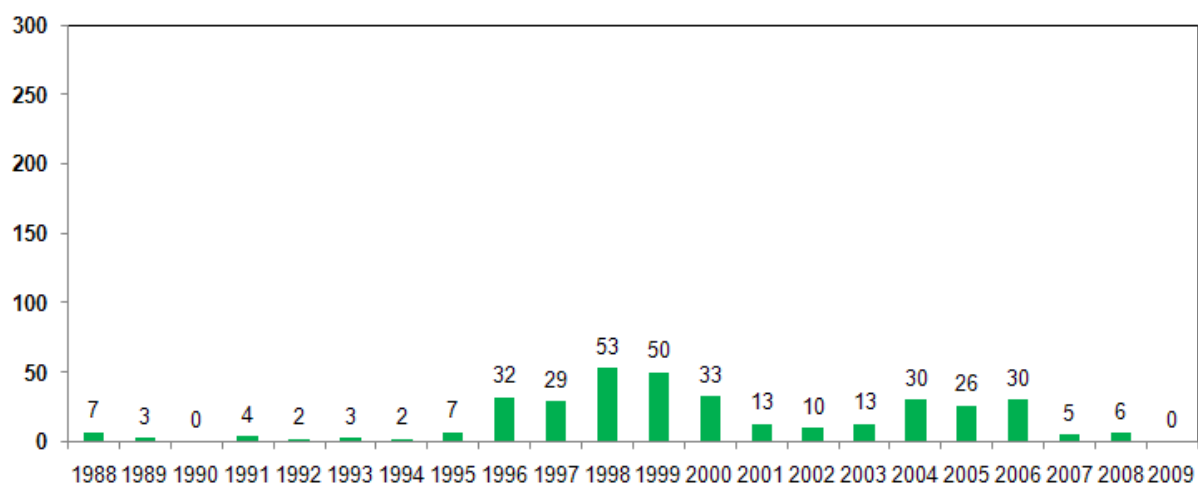
GRÁFICO 5 - Minas Gerais - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2009



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010. Org. Camila Ferracini Origuéla

No final da década de 1980 até meados da década de 1990 foram poucas as ocupações registradas, entretanto a partir de 1998 o número de ocupações aumentou e tornou-se constante até 2007. Já em 2008 e 2009 podemos notar a diminuição. A partir das ocupações apresentadas acima, no gráfico 6 temos o número de assentamentos criados no estado.

GRÁFICO 6 - Minas Gerais - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS - 1988-2009



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla

No mesmo período em que houve o aumento das ocupações, a implantação de assentamentos rurais também aumentou. Já em 2007, 2008 uma significativa diminuição e, em 2009, não há registro da criação de assentamentos. Podemos notar que o número de ocupações influencia também na formação de assentamentos, ou seja, quanto maior a mobilização dos movimentos em ocupações maior é a pressão para o assentamento das famílias acampadas.

No quadro 13 podemos visualizar quais os movimentos que atuaram/atuam no estado.

Quadro 13 - Movimentos Socioterritoriais em Ocupações 1988-2009	
Minas Gerais	ACRQ
	ACRQBC
	ACUTRMU
	ASTST
	ASTT
	CAA
	CCL
	CLST
	CONTAG
	CPT
	FETRAF
	FST
	GERAZEIROS
	Índios
	LCP
	LOC
	MAB
	MLST
	MLSTL
	MLT
	MLUPT
	MPRA
	MPST
	MST
	MTL
	MTR
	OLST
	OTC
QUILOMBOLAS	
Total	29
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla	

No quadro 14 apresentamos os registros de ocupações no mês de fevereiro de 2010.

Lembrando que no mês de janeiro não houve registros.

Quadro 14 - Minas Gerais - Ocupações Fevereiro de 2010

Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
Minas Gerais	Frei Inocência	Fazenda Santa Rosa	150	MST	01/02/2010	Latifúndio
Minas Gerais	Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	50	N.I.	09/02/2010	N.I.
Minas Gerais	Prata	Fazenda Santa Rita	90	MLST	16/02/2010	N.I.
Minas Gerais	Uberlândia	Fazenda Sobradinho	70	MLST	17/02/2010	N.I.

Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla

No mês de fevereiro registramos quatro ocupações em Minas Gerais. A primeira ocupação ocorreu no município de Frei Inocência, cuja Fazenda Santa Rosa caracteriza-se como um latifúndio com 200 alqueires de terras improdutivas, a ocupação foi realizada pelo MST. No estado cerca de três mil famílias vivem em aproximadamente quarenta acampamentos à espera de assentamentos (*Jornal MST online* – 08 de fevereiro de 2010)²⁷. Segundo o DATALUTA a fazenda nunca tinha sido ocupada antes.

A Fazenda Capão Muniz, em Rio Pardo de Minas, foi ocupada por 50 famílias de movimento não informado. Segundo as próprias famílias é uma área devoluta²⁸ e que deve ser destinada à reforma agrária, todavia não podemos afirmar o tipo de território (*CPT online* – 09 de fevereiro de 2010)²⁹. Segundo o DATALUTA (2010) a fazenda já foi ocupada uma vez no ano de 2009. As Fazendas Santa Rita e Sobradinho foram ocupadas pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra, fundado em 1997. De acordo com as fontes que registraram as duas ocupações também não podemos afirmar os tipos de território. Segundo o DATALUTA (2010) a Fazenda Santa Rita já foi ocupada uma vez e a Fazenda Sobradinho nunca foi ocupada antes.

No quadro 15 apresentamos os registros de ocupações no mês de março de 2010.

²⁷ Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/9050>. Acesso: 08 de fev de 2010.

²⁸ Terras devolutas são propriedades públicas, que nunca pertenceram a um particular mesmo estando ocupadas.

²⁹ Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias>. Acesso: 10 de fev de 2010.

Quadro 15 - Minas Gerais - Ocupações Março de 2010

Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
Minas Gerais	Córrego Danta	Fazenda São José da Bela Vista	60	MST	N.I./3/2010	N.I.
Minas Gerais	Goianá	Fazenda Fortaleza de Sant'anna	38	MST	25/3/2010	Latifúndio

Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla

No mês de março registramos duas ocupações de terras, ambas realizadas pelo MST. A primeira, na Fazenda São José da Bela Vista

A Fazenda Fortaleza de Sant'ana, localizada no município de Goianá, zona da mata de Minas Gerais, caracteriza-se como um latifúndio, ou seja, é uma área de 4 mil hectares completamente improdutiva. A ocupação abre a jornada de lutas do movimento no estado (*Jornal WEB Minas online – 25 de março de 2010*)³⁰. De acordo com o DATALUTA (2010) a fazenda nunca tinha sido ocupada antes.

No quadro 16 apresentamos os registros de ocupações no mês de abril de 2010.

Quadro 16 - Minas Gerais - Ocupações Abril de 2010

Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de Famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
Minas Gerais	Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	60	MST	N.I./4/2010	N.I.

Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla

Em abril, mês da jornada de lutas pela reforma agrária do MST, em Minas Gerais houve apenas uma ocupação de terra. E novamente, a Fazenda Capão Muniz, já ocupada em fevereiro desse mesmo ano por sem-terras de movimento não identificado, foi o alvo. Como já afirmamos anteriormente trata-se de uma área devoluta. Atualmente, a reintegração de posse de fazendas ocupadas acontece quase que instantaneamente. Podemos notar que as famílias que ocuparam a fazenda no mês de fevereiro já foram alvos da desocupação. Todavia, por ser área devoluta e grilada foi alvo de uma nova ocupação pelo MST.

No quadro 17 apresentamos os registros de ocupações no mês de maio de 2010.

³⁰ Disponível em: http://www.jornalwebminas.com.br/interior_noticia.php?noticia=48852. Acesso:25 de mar de 2010.

Quadro 17 - Minas Gerais - Ocupações Maio de 2010

Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de Famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
Minas Gerais	Bocaiúva	Fazenda Sítio	100	MST	16/05/2010	Latifúndio
Minas Gerais	Uberaba	Fazenda Cedros	80	MST	26/05/2010	Latifúndio

Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla

Em maio registramos duas ocupações no estado. As Fazendas Sítio e Cedros caracterizam-se como latifúndios. Segundo o DATALUTA (2010), ambas as fazendas nunca foram ocupadas antes. A Fazenda Sítio, com 3,5 mil hectares no município de Bocaiúva, foi berço da Agroindustrial Jequitai, tornando-se depois a Usina de Açúcar Malvinas, um dos primeiros engenhos de açúcar da região que utilizava trabalhadores em regime de escravidão, mesmo após a abolição. A propriedade é da família de José Maria Alkmin. Ele ganhou a fazenda da família Matarazzo (*Jornal MST online – 17 de maio de 2010*)³¹.

A Fazenda Cedros, em Uberaba, possui 1100 hectares e está abandonada pela empresa do agronegócio Cossisa. Esta atua no mercado avícola, no abate e comercialização para o mercado externo. As famílias sem-terra denunciam o desmatamento ilegal e o descumprimento do Código Florestal pela empresa (*Jornal MST online – 27 de maio de 2010*)³². Apesar de a propriedade pertencer a uma empresa do agronegócio podemos notar, de acordo com as fontes, que não há nenhum tipo de produção na fazenda, sendo assim considerada um latifúndio. Sendo assim, em algumas áreas o agronegócio é improdutivo, vivendo da especulação da posse da terra.

No quadro 18 apresentamos os registros de ocupações no mês de junho de 2010.

Quadro 18 - Minas Gerais - Ocupações Junho de 2010

Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de Famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
Minas Gerais	Uberlândia/Prata	Fazenda Santa Terezinha	6	MLST	1/6/2010	Latifúndio

Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla

A Fazenda Santa Terezinha ocupada pelo MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra, localiza-se nos municípios de Uberlândia e Prata. Os líderes do movimento afirmam que a fazenda é

³¹ Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/9869>. Acesso: 18 de maio de 2010.

³² Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/9955>. Acesso: 28 de maio de 2010.

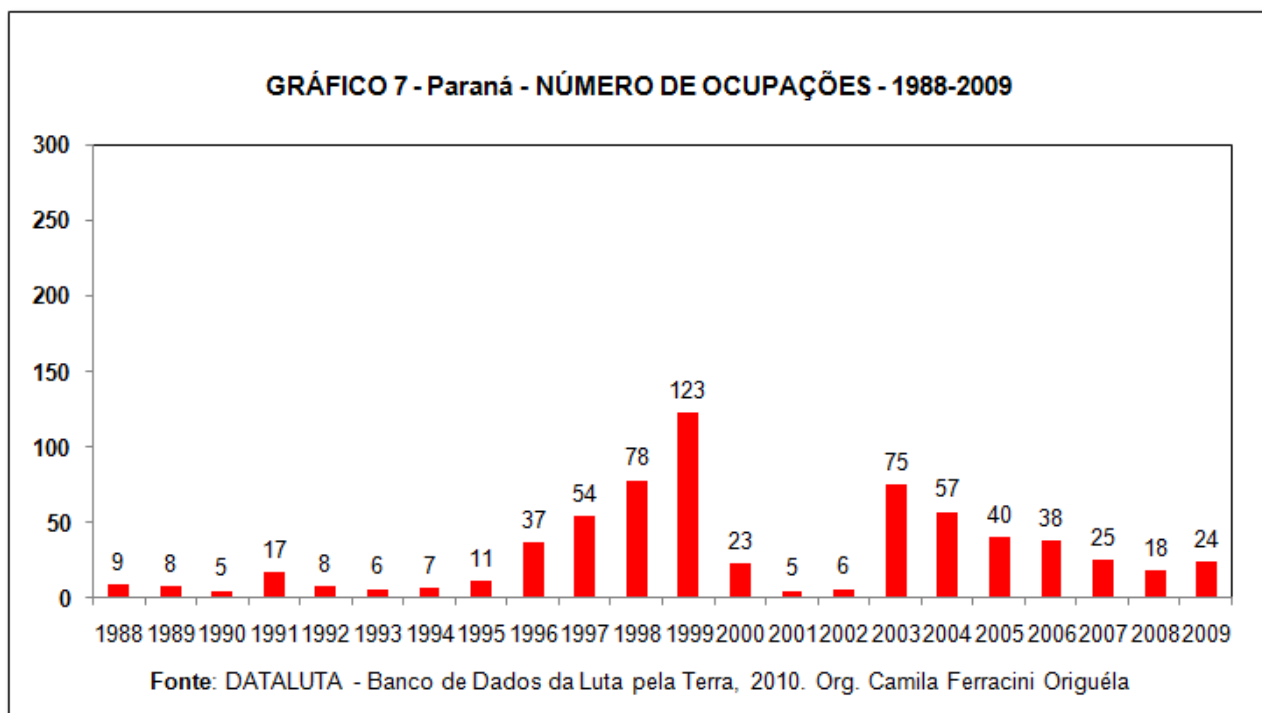
improdutiva e só saem da área mediante reintegração de posse (*Jornal Correio de Uberlândia* - 2 de Junho de 2010).

PARANÁ

No Paraná a luta pela terra teve início na década de 1950, no norte do estado “(...) palco de intenso conflito e luta com a formação da chamada “Guerrilha de Porecatu”, quando os camponeses/posseiros que habitavam as terras devolutas de Jaguapiutã e Porecatu passaram a resistir aos despejos de suas terras, inclusive utilizando-se de armas (FABRINI; ROSS; MARQUES, 2007, p. 36).

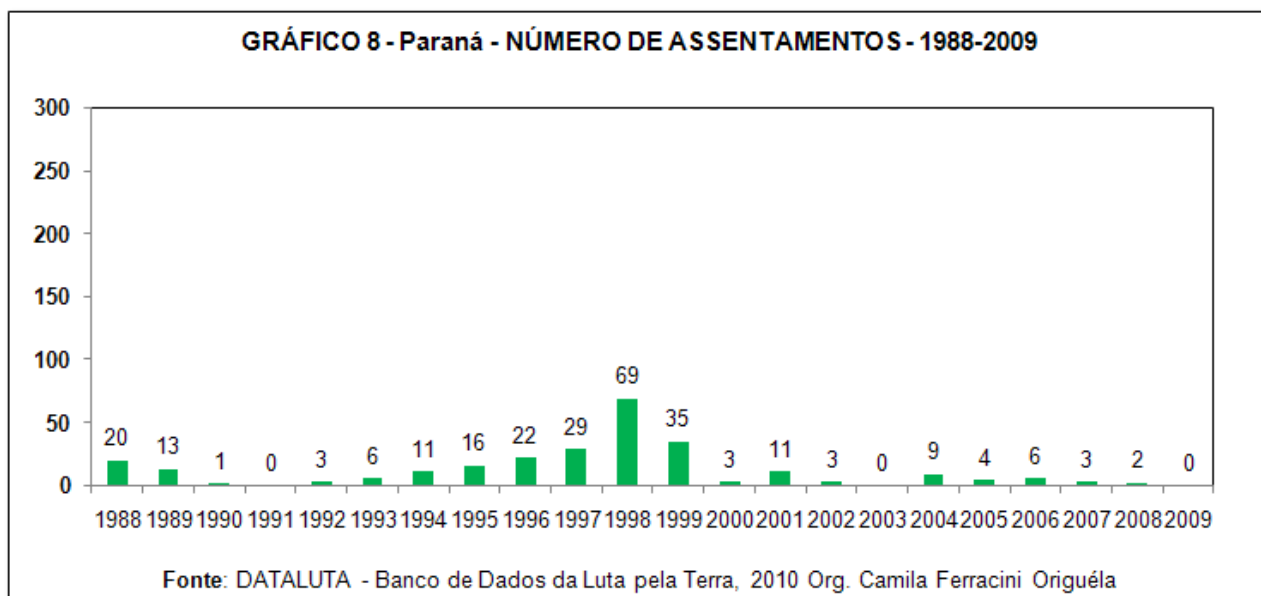
No início da ditadura militar, como aconteceu em todo o país, as lutas foram contidas e extremamente reprimidas. Todavia, já na década de 1970 no oeste do estado houve a mobilização de trabalhadores expropriados pela barragem de Itaipu (FABRINI; ROSS; MARQUES, 2007). A partir de então outras organizações camponesas especializaram-se pelo estado através da formação de acampamentos e ocupações.

No gráfico 7 podemos visualizar o número de ocupações no estado de 1988-2009.



Segundo o gráfico 7 o número de ocupações no Paraná foi significativo na década de 1980 e 1990. A partir de 1996 a luta pela terra aumentou chegando a 123 ocupações em 1999, decaindo em 2000, 2001, 2002. Já em 2003 houve o aumento e novamente a diminuição nos anos seguintes.

No gráfico 8 podemos visualizar o número de assentamentos rurais criados no estado.



O número de assentamentos criados durante toda a década de 1990 foi maior em relação aos assentamentos criados a partir de 2000. Em 2009, por exemplo, nenhum assentamento foi implantado no Paraná.

No quadro 19 temos os movimentos que atuaram/atuam no estado nas ocupações de terra.

Quadro 19 - Movimentos Socioterritoriais em Ocupações 1988-2009	
Paraná	CONTAG
	GRUPO XAMBRE
	Índios
	MAB
	MAST
	MLST
	MSO
	MSONT
	MSST
	MST
	MTB
	MTR
	MTRSTP
	MTST
	MUT
	OAC
	OTC

	QUILOMBOLAS
	VIA CAMPESSINA
Total	19
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla	

No quadro 20 apresentamos os registros de ocupações de terra no mês de fevereiro de 2010. Lembrando que no mês de janeiro não houve registros.

Quadro 20 - Paraná - Ocupações Fevereiro de 2010						
Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
Paraná	Ponta Grossa	Fazenda São Francisco II	N.I.	MST	06/02/2010	N.I.
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla						

Em fevereiro, a Fazenda São Francisco II foi ocupada pelo MST. O número de famílias não foi informado pelas fontes. Segundo o DATALUTA (2010) a fazenda já foi ocupada outras duas vezes. Através das fontes não foi possível identificar qual o território em disputa. Todavia, a posse da área é disputa pelo tenente-coronel reformado Waldir Coppeti Neves e pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), que anteriormente detinha a propriedade da terra (*Jornal Folha de Londrina*, 24 de fevereiro de 2010).

No quadro 21 apresentamos as ocupações registradas no mês de março de 2010.

Quadro 21 - Paraná - Ocupações Março de 2010						
Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
Paraná	Primeiro de Maio	N.I.	N.I.	CONTAG	19/3/2010	N.I.
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla						

Em março registramos uma ocupação no município de Primeiro de Maio. O nome da fazenda e o número de famílias não foram informados. A ocupação foi realizada pela CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. O movimento é o segundo em número de ocupações de terra no Brasil, perdendo apenas para o MST.

No quadro 22 apresentamos as ocupações registradas no mês de junho de 2010. Lembrando que nos meses de abril e maio não houve registros.

Quadro 22 - Paraná - Ocupações Junho de 2010						
Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
Paraná	Florestópolis	Fazenda da Usina Central	N.I.	CONTAG	26/6/2010	N.I.
Paraná	Porecatu	Fazenda da Usina Central	N.I.	CONTAG	26/6/2010	N.I.

Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla

No mês de junho foram registradas duas ocupações de terra no Paraná. Apesar de serem em municípios diferentes, Florestópolis e Porecatu, as duas fazendas ocupadas pertencem à Usina Central. Não podemos definir o território, pois as fontes não informam, mesmo sendo áreas de uma usina. Não há registro de outras ocupações na área de acordo com o DATALUTA (2010).

RIO GRANDE DO SUL

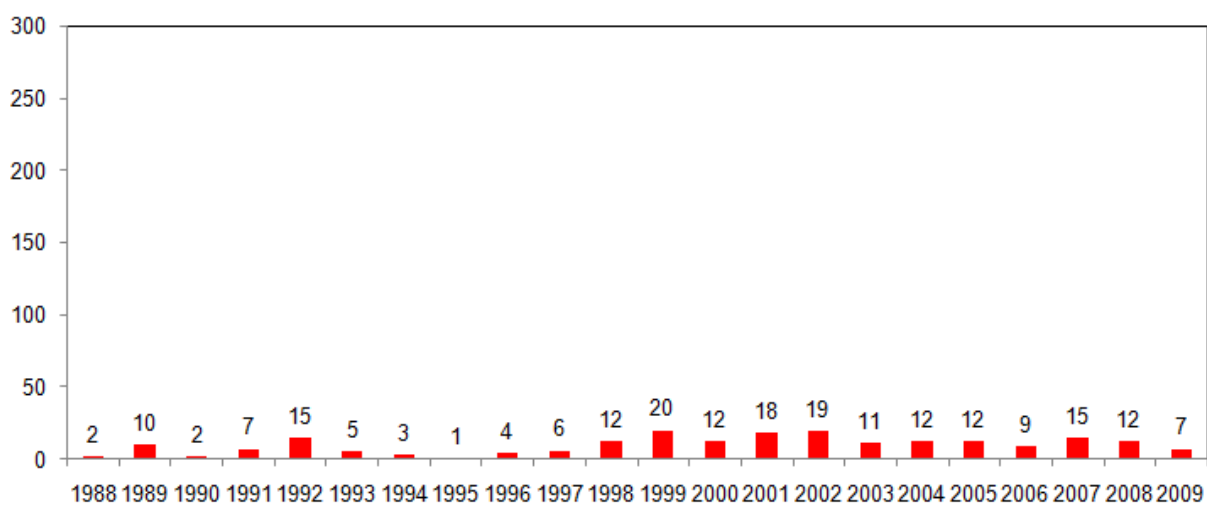
Podemos dizer que a luta pela terra no estado se deu a partir da ocupação das Glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta, em 1979. Essa ação foi fundamental para o início da gestão do MST, que até então estava na sua gênese. Segundo FERNANDES (2000), “As glebas eram terras públicas que estavam arrendadas para empresas. As ocupações começaram com 30 famílias e chegaram a quase 300” (p.51).

Nesse período os trabalhadores sem-terra tinham a possibilidade de migrar para o Mato Grosso, devido aos programas de colonização do governo militar, ou continuar no Rio Grande do Sul e lutar pela criação de assentamentos. O governo estadual não atendeu às aspirações das famílias acampadas e, no dia 7 de setembro de 1979, ocuparam as glebas Macali e Brilhante.

O trabalho de base realizado pela Igreja foi fundamental para conscientização e mobilização das famílias durante o regime militar. Nos anos seguintes novas ocupações foram feitas permitindo a recriação da organização camponesa.

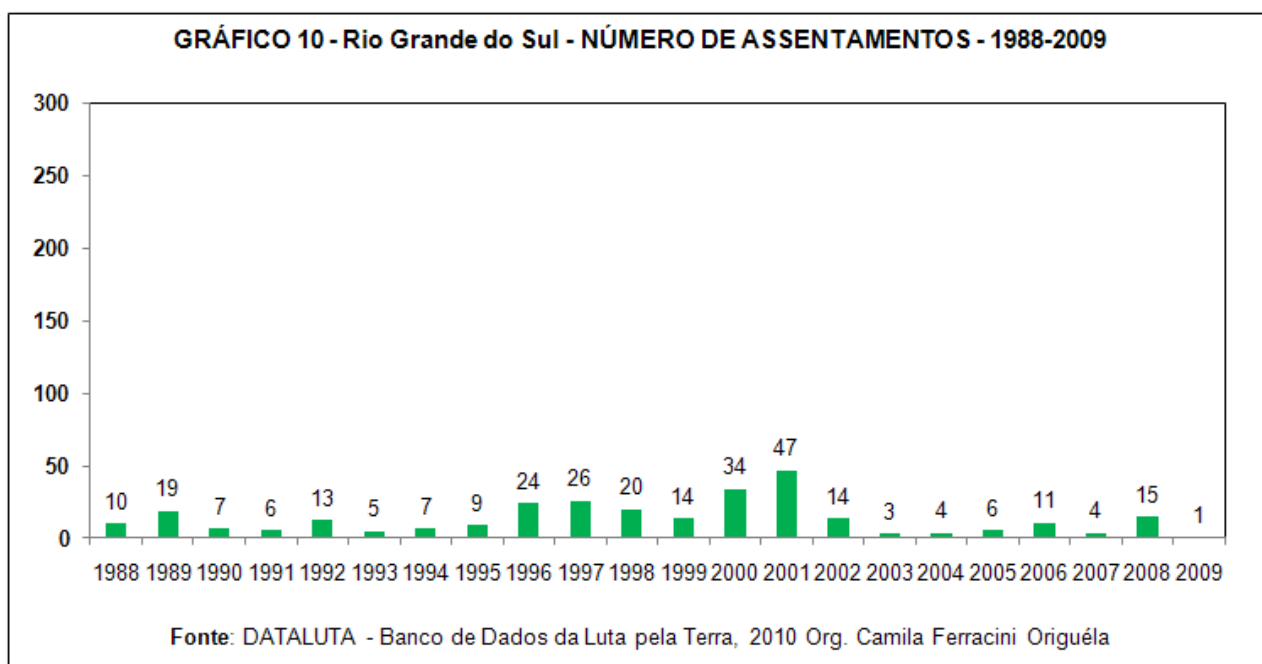
Podemos notar no gráfico 9 a evolução das ocupações de terra no estado de 1988 a 2009.

GRÁFICO 9 - Rio Grande do Sul - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2009



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010. Org. Camila Ferracini Origuéla

No gráfico 10 podemos visualizar a criação de assentamentos no estado. Se comparamos o gráfico 9 e o gráfico 10 podemos notar que nos períodos de intensa ocupação, como o final da década de 1990 e início do ano 2000, foram também os anos de criação de vários assentamentos. O ano de 2001 destaca-se pela criação de 47 novos assentamentos. Vale ressaltar que os assentamentos criados não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil, não são frutos somente da desapropriação de terras, mas sim de regularização, reconhecimento, compra, doação, entre outros.



Através do quadro 23 podemos compreender quais os movimentos socioterritoriais ocupam terras no estado. Em 21 anos de ocupações de terra registrados pelo DATALUTA são especificamente 9 movimentos que atuam no Rio Grande do Sul.

Quadro 23 - Movimentos Socioterritoriais em Ocupações 1988-2009	
Rio Grande do Sul	CUT
	Índios
	MAB
	MPA
	MST
	OTC
	TUPÃ 3E
	USST
	VIA CAMPESINA
Total	9
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla	

No quadro 24 apresentamos as ocupações registradas em abril de 2010. Lembrando que nos meses de janeiro, fevereiro e março não houve registros.

Quadro 24 - Rio Grande do Sul - Ocupações Abril de 2010

Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de Famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
Rio Grande do Sul	Sananduva	Fazenda Bela Vista	50	MST	15/4/2010	N.I.

Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla

No Rio Grande do Sul registramos apenas uma ocupação no mês de abril, o mês que dá início a luta pela reforma agrária. A Fazenda Bela Vista, no município de Sananduva, foi ocupada por 50 famílias do MST. No estado há cerca de 1.200 famílias acampadas em beiras de estrada e no ano de 2009 apenas um assentamento foi criado segundo o DATALUTA (2010), o que demonstra a estagnação da reforma agrária e a não desapropriação de áreas improdutivas (*Jornal Correio do Povo on line* - 16 de abril de 2010³³).

PARAÍBA

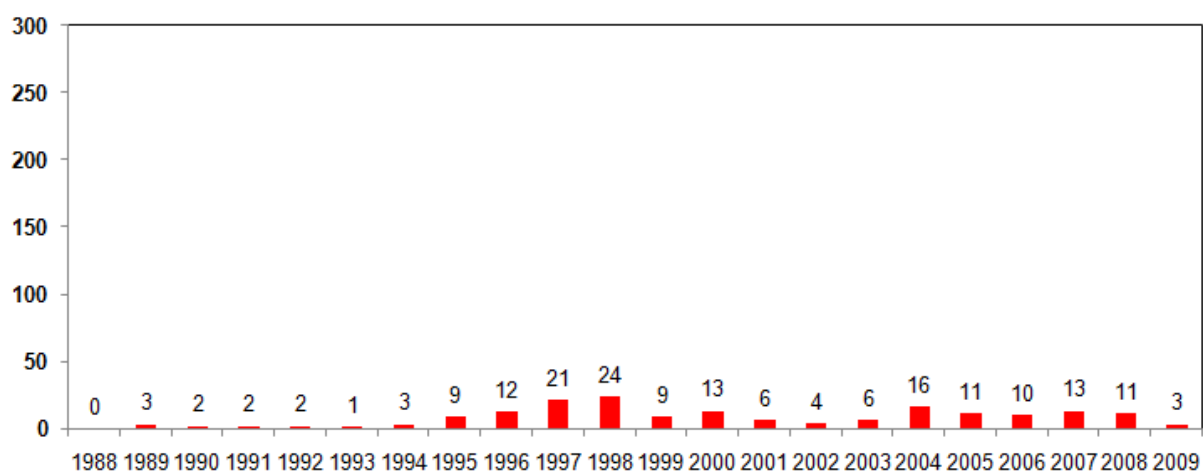
O Estado da Paraíba obteve, desde a colonização portuguesa, a pecuária como principal atividade produtiva. A grande fazenda era a unidade fundamental deste tipo de organização, consolidando assim, durante séculos, uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Somente no século XVIII com a introdução da cultura do algodão a produção do estado é diversificada, constituindo o sistema gado-algodão que perdurara até a década de 1970 sem grandes alterações (MOREIRA; TARGINO, 2007).

A partir da década de 1970 a modernização no campo proporcionou a expropriação e exploração de inúmeros camponeses. Somente com a atuação da CPT, do MST e de alguns sindicatos é que a luta pela terra na Paraíba foi organizada. A partir de então ocupações foram feitas como forma de resistência ao latifúndio e luta pela distribuição das terras.

No gráfico 11 podemos visualizar as ocupações de terra no Estado da Paraíba de 1988-2009.

³³ Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=125902>. Acesso 20 de Abril de 2010.

GRÁFICO 11 - Paraíba - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2009

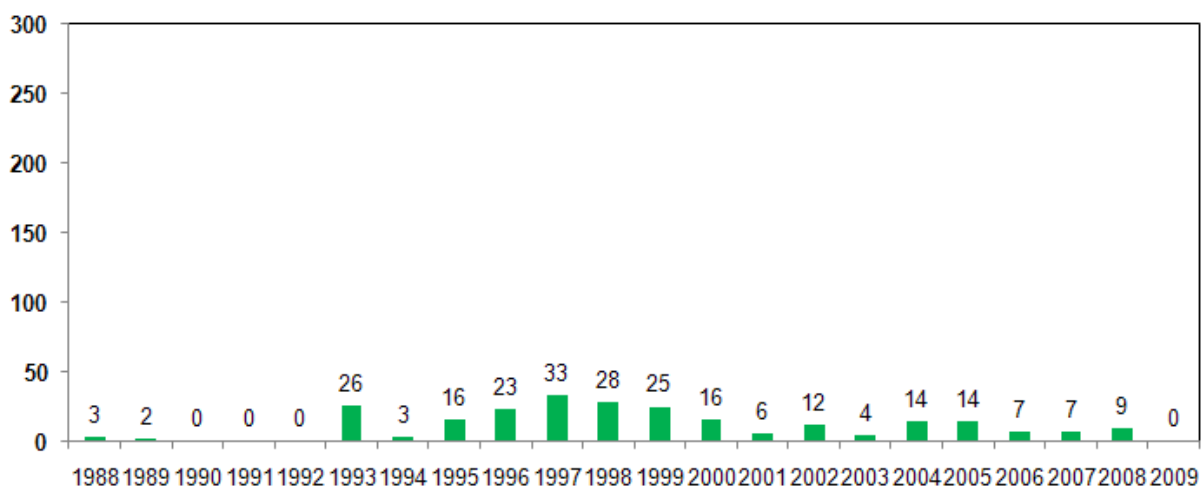


Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010. Org. Camila Ferracini Origuéla

O número de ocupações na Paraíba passa a ser significativo a partir de 1995, registrando ápices em 1997 e 1998. Apesar do pequeno número de ocupações é na região Nordeste onde há o maior número de famílias acampadas no Brasil.

No gráfico 12 podemos notar o número de assentamentos criados no estado.

GRÁFICO 12 - Paraíba - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS - 1988-2009



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla

É também no final da década de 1990 que registramos o maior número de assentamentos criados na Paraíba, principalmente no ano de 1997. Todavia vale ressaltar que nem todos os

assentamentos são frutos de desapropriação, o que caracteriza de fato a reforma agrária e a distribuição de terras; alguns foram criados a partir do reconhecimento das terras, da compra ou transferência. Para movimentos como o MST o reconhecimento, por exemplo, não se encaixa como assentamento, pois não contempla as famílias acampadas, que lutam e que ocupam terras.

No quadro 25 apresentamos os movimentos que atuaram/atua em ocupações de 1988-2009.

Quadro 25 - Movimentos Socioterritoriais em Ocupações 1988-2009	
Paraíba	AST
	ATUVA
	CONTAG
	CPT
	FETRAF
	LCP
	MAB
	MCNT
	MPA
	MST
	MLST
	OTC
	SINPRA
Total	13
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla	

No quadro 26 apresentamos os registros de ocupações no mês de abril de 2010. Lembrando que nos meses de janeiro, fevereiro e março não houve registros.

Quadro 26 - Paraíba - Ocupações Abril de 2010						
Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de Famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
Paraíba	Santa Rita	Fazenda Mubamba do Rangel	60	MST	11/4/2010	Latifúndio
Paraíba	Ibiara	Fazenda Riachão	60	MST	12/4/2010	N.I.
Paraíba	Cabaceiras	Fazenda Jacaré	63	MST	13/4/2010	Latifúndio
Paraíba	Algodão de Jandaira	Fazenda Serra Preta	35	MST	13/4/2010	N.I.
Paraíba	Boqueirão	Fazenda Barocas	75	MST	16/4/2010	N.I.

Paraíba	Imaculada	N.I.	100	MST	17/4/2010	N.I.
Paraíba	Santa Terezinha	N.I.	70	MST	17/4/2010	N.I.
Paraíba	Santana dos Garrotes	N.I.	60	MST	17/4/2010	N.I.
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla						

Na Paraíba registramos oito ocupações de terra. A Fazenda Mubamba do Rangel, no município de Santa Rita, possui 1.200 hectares de terras improdutivas (*Click Paraíba on line* - 10 de abril de 2010)³⁴. De acordo com a mesma fonte, a Fazenda Jacaré, no município de Cabaceiras, possui 2.730 hectares, caracterizando-se como um latifúndio. Atualmente existem 2.400 famílias acampadas no estado. Segundo o DATALUTA (2010), A Fazenda Jacaré já foi ocupada uma vez pelo mesmo movimento em 2005. Já a Fazenda Mubamba do Rangel nunca foi ocupada antes.

A Fazenda Riachão, no município de Ibiara, foi ocupada por 60 famílias do MST. De acordo com as fontes não podemos afirmar qual o território ocupado. Segundo o DATALUTA (2010) não há registro de outras ocupações na fazenda. No município de Algodão de Jandaira, a Fazenda Serra Preta foi ocupada por 35 famílias do MST. Em 2008, a fazenda foi ocupada pelo mesmo movimento. Já a Fazenda Barrocas, no município de Boqueirão, foi ocupada por 75 famílias, há registro de outra ocupação na mesma fazenda no ano de 2008, também no mês de abril.

Nos municípios de Imaculada, Santa Terezinha e Santana dos Garrotes houve ocupação. Entretanto não foi informado o nome das fazendas. Também não temos registros dos tipos de territórios.

Nos meses de maio e junho não houve registros de ocupações.

SERGIPE

No estado, mais especificamente “em 1985, no leste Sergipano, nas regiões de Propriá e Pacatuba, existiam vários conflitos por terra. As forças que compunham as articulações das lutam eram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e a Diocese de Propriá, por meio da CPT e das CEBs” (FERNANDES, 2000, p. 103). No mesmo ano, no mês de setembro, uma das primeiras ocupações realizadas no estado ocorreu na Fazenda Barra do Onça com cerca de trezentas famílias. A partir de então outras ocupações foram realizadas. E em 1987, no município de Itabi, aconteceu o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Sem Terra do Sergipe (FERNANDES, 2000).

³⁴ Disponível em: www.clickpb.com.br. Acesso: 10 de Abr. de 2010.

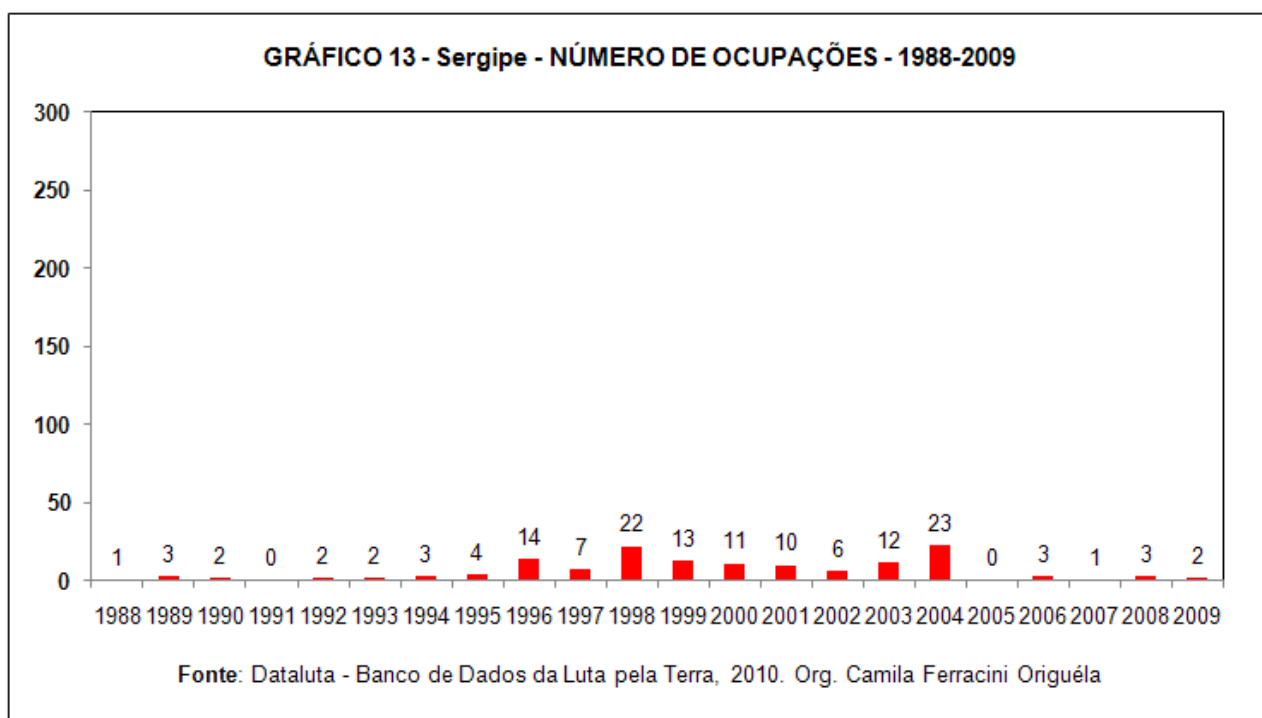
O processo de consolidação do MST no estado se deu através do trabalho de base realizado pelos militantes junto às famílias expropriadas. A organização das famílias só era possível através da construção do espaço de socialização política e conseqüentemente a ocupação da terra.

Segundo FERNANDES (2000):

Evidentemente que esse avanço do MST por quase todo o estado alertou os latifundiários, que criaram a UDR tendo como base política a Associação dos Criadores de Sergipe. Os deputados proprietários de terras reagiram e investiram contra os sem-terra. A mídia passou a atacar os trabalhadores acusando - os de serem 'invasores e guerrilheiros', aumentando o clima de tensão existente (p.106).

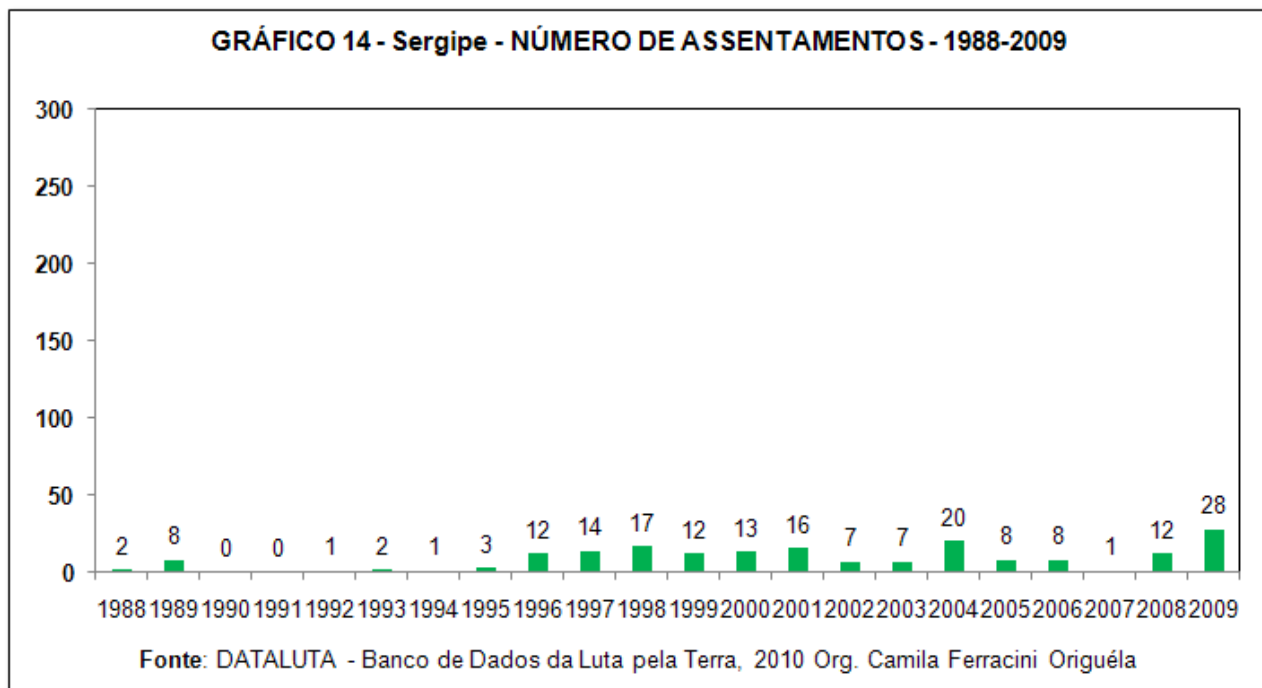
A violência e as ameaças eram frequentes nesse período não só no Sergipe, mas em todo o Brasil. A criação da UDR - União Democrática Ruralista foi um entrave para a luta realizada pelos camponeses. A união era formada por grandes latifundiários que defendiam a permanência de grandes propriedades alegando a sua produtividade.

No gráfico 13 podemos visualizar o número de ocupações no Estado de Sergipe de 1988-2009.



O número de ocupações é pequeno durante a década de 1990, aumento em 1996, 1997, 1998 e 1999. De 2000 até 2004 houve um número significativo de ocupações, diminuindo a partir de 2005.

No gráfico 14 podemos notar que diferentemente do número de ocupações o número de assentamentos criados foram maiores de 1988-2009.



A partir de 1996 o número de assentamentos criados aumentou significativamente. Em 2009, por exemplo, foram 28 assentamentos criados.

No quadro 27 apresentamos os movimentos que atuaram/atuam em ocupações no estado.

Quadro 27 - Movimentos Socioterritoriais em Ocupações 1988-2009	
Sergipe	CONTAG
	MST
Total	2
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla	

De todos os estado da REDE DATALUTA o Sergipe destaca-se pela atuação de apenas dois movimentos socioterritoriais, a CONTAG e o MST. O MST atua em quase todos os estados brasileiros com exceção do Amazonas, segundo o DATALUTA (2010). E a CONTAG é o segundo movimento em número de ocupações também segundo o DATALUTA (2010).

No quadro 28 apresentamos os registros de ocupações no mês de abril de 2010. Lembrando que nos meses de janeiro, fevereiro e março não houve registros.

Quadro 28 - Sergipe - Ocupações Abril de 2010

Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de Famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
Sergipe	Estância	N.I.	125	MST	N.I./4/2010	Latifúndio
Sergipe	Estância	N.I.	125	MST	N.I./4/2010	Latifúndio
Sergipe	Poço Redondo	N.I.	125	MST	N.I./4/2010	Latifúndio
Sergipe	Japarutuba	N.I.	125	MST	N.I./4/2010	Latifúndio

Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla

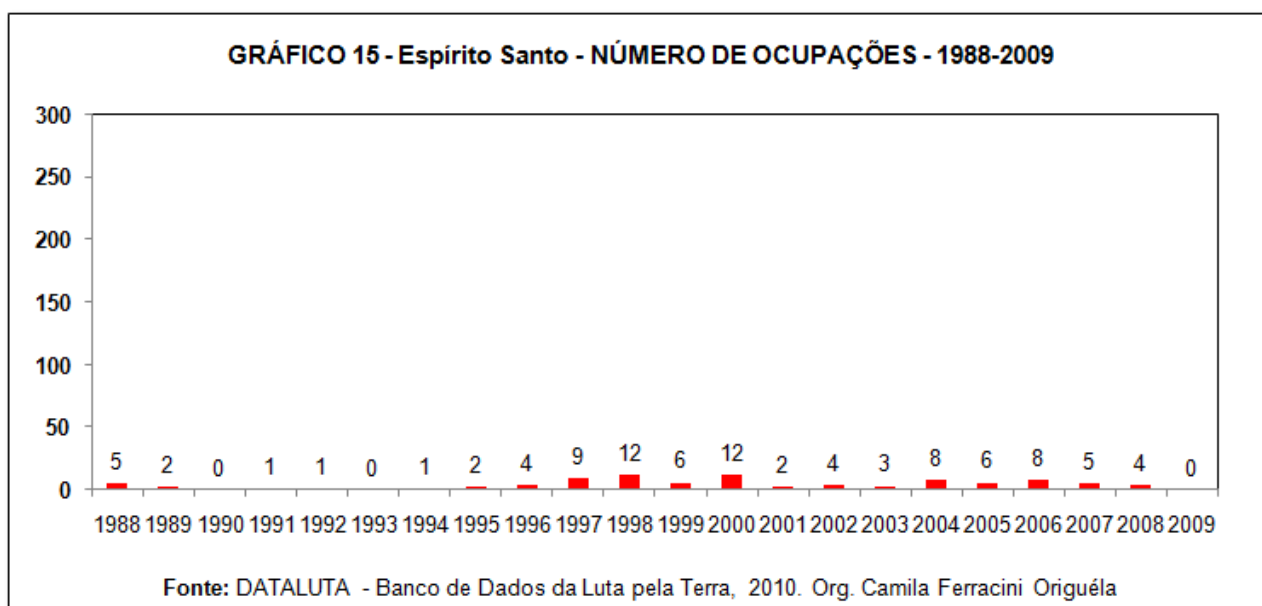
Nas quatro ocupações realizadas em Sergipe não sabemos o nome das propriedades ocupadas, entretanto, são fazendas passíveis de desapropriação que estão à espera da vistoria do INCRA. A mesma fonte afirma que no estado existem cerca de 12.500 famílias acampadas à espera de assentamentos (*Jornal da cidade* - 20 de abril de 2010).

Nos meses de maio e junho não houve registros de ocupações.

ESPÍRITO SANTO

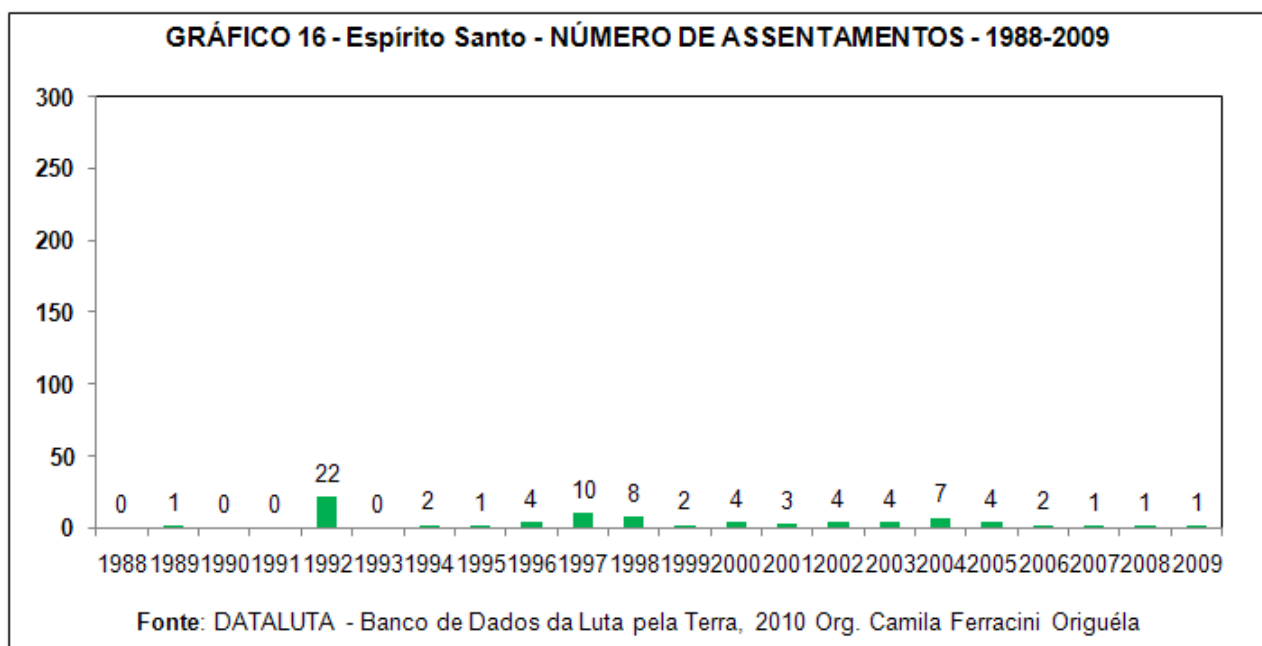
No Espírito Santo em 1983 “aconteceram as primeiras reuniões com grupos de famílias sem-terra na favela do Pé Sujo, na periferia da cidade de São Mateus, no Litoral Norte Espírito - Santense. Essas famílias foram expropriadas e expulsas pela territorialização de grandes projetos agroindustriais, principalmente, eucalipto e cana-de-açúcar (...)” (FERNANDES, 2000, p.139). Várias reuniões para a discussão da situação dessas famílias foram realizadas com apoio das CEBs antes da realização das ocupações. Nos anos posteriores algumas houve a consolidação do MST no estado e a ocupação de alguns latifúndios.

No gráfico 15 podemos visualizar o número de ocupações no Estado do Espírito Santo de 1988-2009.



O número de ocupações no Espírito Santo teve destaque a partir de 1997, diminuindo em 2001, chegando a nenhuma ocupação em 2009.

No quadro 16 temos o número de assentamentos criados no estado de 1988-2009.



Podemos notar que é pequeno também o número de assentamentos criados no estado, com destaque para o ano de 1992.

No quadro 29 apresentamos os movimentos que atuaram/atuam no estado.

Quadro 29 - Movimentos Socioterritoriais em Ocupações 1988-2009	
Espírito Santo	CONTAG
	Índios
	MST
	MPA
	CONAQ
	MTRST
QUILOMBOLAS	
Total	7
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla	

No quadro 30 apresentamos os registros de ocupações no mês de janeiro de 2010.

Quadro 30 - Espírito Santo - Ocupações Janeiro de 2010						
Estado	Município	Nome do Imóvel	Número de Famílias	Movimento Socioterritorial	Data	Território
Espírito Santo	Divino de São Lourenço	Parque Nacional do Caparaó	7	Índios Guaranis	04/01/2010	N.I.
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla						

No Espírito Santo foi registrada apenas uma ocupação no município de Divino de São Lourenço. A ocupação foi realizada por 7 famílias de índios Guaranis. É importante destacar que os índios também lutam por terra no Brasil, todavia os indígenas lutam por um território coletivo e tribal de acordo com a sua cultura.

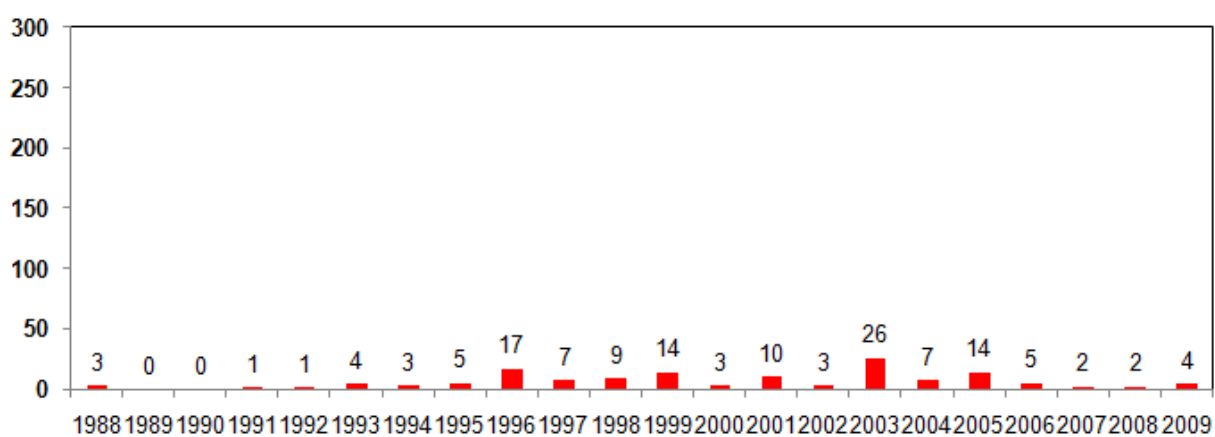
Os índios Guaranis ocuparam o Parque Nacional do Caparaó, área de preservação ambiental. Os Guaranis desejavam ficar próximos à montanha sagrada, no caso, o Pico da Bandeira (Jornal A Gazeta - 4 de fevereiro de 2010).

Nos meses seguintes não houve registro de ocupações no estado.

MATO GROSSO

No gráfico 17 temos o número de ocupações registradas no Estado do Mato Grosso de 1988-2009.

GRÁFICO 17 - Mato Grosso - NÚMERO DE OCUPAÇÕES - 1988-2009

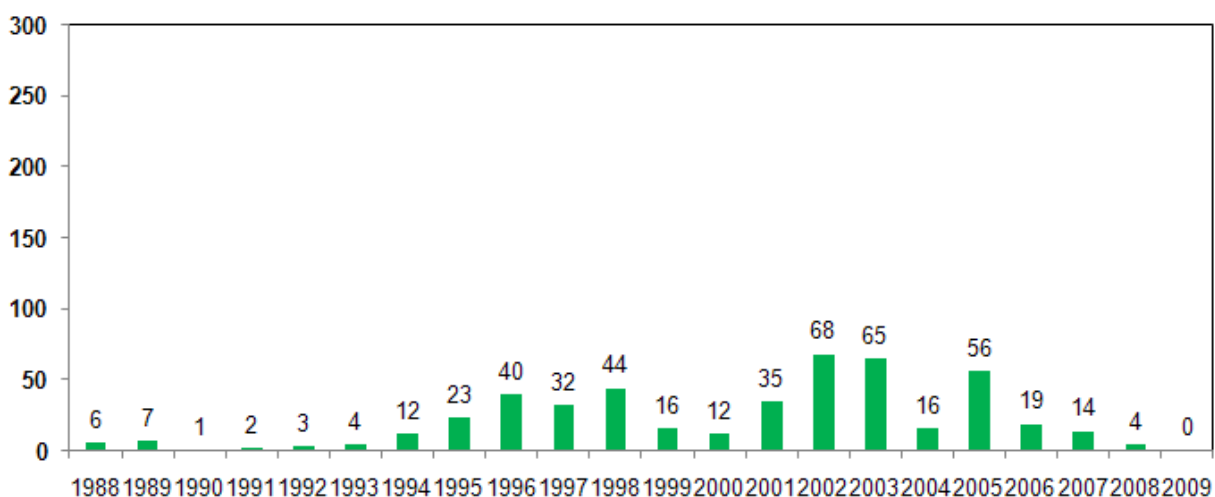


Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010. Org. Camila Ferracini Origuéla

O final de década de 1990 e o início de 2000 até 2005 destacaram-se no número de ocupações. Já a partir de 2007 houve significativa diminuição.

De acordo com o gráfico 18 podemos notar que o número de assentamentos criados no estado foi bem maior que o número de ocupações.

GRÁFICO 18 - Mato Grosso - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS - 1988-2009



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla

Se analisarmos estado por estado iremos notar que nem sempre no estado onde ocorre o maior número de ocupações é também onde há a instalação do maior número de assentamentos.

Apesar do número de ocupações não ser elevado no Mato Grosso, o número de assentamentos criados é extremamente significativo, principalmente, em 2002 e 2003, diminuindo a partir de 2006.

No quadro 31 apresentamos os movimentos que atuaram/atuam no estado.

Quadro 31 - Movimentos Socioterritoriais em Ocupações 1988-2009	
Mato Grosso	ASA
	ASTECA
	CONTAG
	CPT
	FERAESP
	Índios
	MAB
	MST
	MTA
	MTAA/MT
Total	10
Fonte: DATALUTA, 2010 Org. Camila Ferracini Origuéla	

Não houve nenhum registro de ocupação no estado até o momento.

Considerações finais – desenvolver no relatório final

PLANO DE TRABALHO PARA O RELATÓRIO FINAL

- 1- Pesquisa mensal dos dados de ocupações de terra no Estado de São Paulo e sistematização dos mesmos;
- 2- Receber e conferir os dados da REDE DATALUTA juntamente com as fontes de jornais;
- 3- Enviar mensalmente os dados sistematizados da REDE DATALUTA e as fontes de jornais digitalizadas para a CPT - Comissão Pastoral da Terra e para a OAN - Ouvidoria Agrária Nacional;
- 4- Leitura e análise mensal dos dados sistematizados pela REDE DATALUTA (2010) e das fontes de jornais para compreender o território em disputa, o histórico dos conflitos;
- 5- Apresentar a tipologia de ocupações de terra;
- 6- Levantamento bibliográfico e leitura sobre a questão agrária no Brasil e nos estados que formam a REDE DATALUTA para compreender as mudanças nas ocupações de terra;
- 7- Pesquisa de notícias sobre ocupações de terra de 2000 a 2010 no Acervo DATALUTA Jornal para compreender a mudanças;

- 8- Confeção de quadros e mapas para comparar e compreender a espacialização da luta pela terra no Brasil e, principalmente, nos estados que formam a REDE DATALUTA;
- 9- Resultados do acompanhamento da ocupação de terra em Sandovalina;
- 10- Participação em Colóquios NERA;
- 11- Participação na reunião da REDE DATALUTA;
- 12- Apresentação dos resultados da pesquisa em evento científico;
- 13- Elaboração do relatório final.

CRONOGRAMA RELATÓRIO FINAL

Atividades	3º Trimestre	4º Trimestre
1	X	X
2	X	X
3	X	X
4	X	X
5		X
6	X	X
7	X	
8	X	X
9	X	
10	X	X
11		X
12		X
13	X	X

ATIVIDADES RELACIONADAS À PESQUISA

Colóquio NERA (06 de abril de 2010):

Pauta: Coordenação NERA;

Centro de memória do Pontal do Paranapanema;

Boletim DATALUTA;

Revista NERA;

Projetos de pesquisa e relatórios;

CEGEO - Curso Especial de Geografia;

ENG - Encontro Nacional dos Geógrafos.

Colóquio NERA (03 de maio de 2010):

Pauta: Discussão sobre o conceito de manifestação;

Discussão sobre o conceito de movimentos socioterritoriais;
Planos de trabalho.

Colóquio NERA (08 de junho de 2010):

Pauta: Discussão e construção do conceito de manifestação;
Apresentação dos planos de trabalho;
Apresentação dos relatórios de pesquisa;
Relatório DATALUTA.

Envio de trabalho para o ENG - Encontro Nacional de Geógrafos de 25 a 31 de junho - Porto Alegre: Estudo das mudanças das ocupações de terras em 2009 a partir da formação da REDE DATALUTA.

Envio de trabalho para a Semana da Geografia da FCT/UNESP Campus de Presidente Prudente de 16 a 20 de agosto: Confrontação e espacialização da luta pela terra em 2009 a partir da formação da REDE DATALUTA.

Trabalhos de campo:

- Participação no Encontro Regional de Assentados e Acampados do MST no município de Teodoro Sampaio;
- Visita a propriedades nos municípios de Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Presidente Bernardes e Teodoro Sampaio;
- Acompanhamento da ocupação da Fazenda Poá no município de Sandovalina;
- Visita à Usina ETH Conquista do Pontal no município de Mirante do Paranapanema;
- Entrevista com Clédson Mendes da Silva e Valmir Ulisses Sebastião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseguimos, até o momento, contemplar todos os objetivos referentes ao relatório parcial. Discutimos o histórico da questão agrária, os territórios distintos existentes no campo e a disputa territorial (latifúndio, agronegócio, campesinato) que caracteriza a atual conjuntura agrária brasileira. Ocupar o território do latifúndio ou do agronegócio é uma forma de resistência e de recriação do campesinato expropriado e excluído do sistema capitalista, que é contraditório o suficiente para criar condições de organização e luta pela terra. Os trabalhos de campo realizados

durante a pesquisa foram extremamente importantes para compreender esses territórios e as ocupações de terras.

As características levantadas sobre as ocupações nas décadas de 1980 e 1990 serão fundamentais para analisar e comparar as ocupações a partir de 2000 e apresentar no relatório final a tipologia de ocupações, ou seja, quais os tipos de ocupações existentes atualmente e quais as suas peculiaridades.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. C. . **A questão do território no Brasil**. 5º ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2009. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2010.

CARTER, M. . **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. 1º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CAVALCANTE, M. B. ; FERNANDES, B. M. . **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Revista NERA (UNESP. Online), v. 13, p. 16-25, 2008.

FABRINI, J. E; MARQUES, E. B; ROOS, D. **A espacialização da luta pela terra no Paraná**. Espaço Plural (Unioeste), v. 1, p. 33-41, 2007.

FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar. **A luta pela terra no norte de Minas e o processo de territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST: O estudo da brigada Camilo Torres**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **A ocupação como forma de acesso à terra**. In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago de Chile. Anais do 8 Encontro de Geógrafos da América Latina. Santiago de Chile : Universidad de Chile, 2001. v. 1

FERNANDES, B. M. . **MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 275 p.

FERNANDES, B. M. . **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Observatório Social de América Latina, v. 24, p. 73-85, 2008.

FERNANDES, B. M. **Sobre a Tipologia de Territórios**. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M. . **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial: In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antonio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOREIRA, E. R. F. ; TARGINO, Ivan . **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Revista NERA (UNESP), v. Ano 10, p. 72-93, 2007.

OLIVEIRA, A. U. . **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. . **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAQUET, M. A. . **Abordagens e concepções de território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1.500. 200 p.